



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdades de Tecnologia e Ciências Sociais
Aplicadas – FATECS

BRUNA SANTANA PIMENTEL GOULARTE

REPORTAGENS PARA O DIA DA MULHER
Um estudo sobre a cobertura especial feita por Portais Noticiosos

Brasília
2015

BRUNA SANTANA PIMENTEL GOULARTE

REPORTAGENS PARA O DIA DA MULHER

Um estudo sobre a cobertura especial feita por Portais Noticiosos

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso de
Jornalismo, do Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Luiz Claudio Ferreira.

Brasília
2015

BRUNA SANTANA PIMENTEL GOULARTE

REPORTAGENS PARA O DIA DA MULHER

Um estudo sobre a cobertura especial feita por portais noticiosos

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de jornalismo, do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Prof. Luiz Claudio Ferreira.

Brasília, _____ de _____ de 2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Luiz Claudio Ferreira
Orientador

Prof.^a Edla Lula
Examinadora

Prof.^a Renata Bittencourt
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente às duas mulheres mais importantes da minha vida. Sem elas, nada disso seria possível. Agradeço, então, à minha mãe, Gal, por sempre confiar em mim. Obrigada por me acompanhar nesta jornada e ser meu exemplo de vida. Obrigada por me aconselhar e apoiar em minhas decisões. Você é minha inspiração, mãe, para que eu esteja decidida a tornar este mundo, um lugar melhor. E à minha avó, Maria Lucia, agradeço por todos os puxões de orelha e por todas as vezes que se preocupou comigo. Seus abraços e carinhos foram peças essenciais em toda esta jornada. Sem eles e seu amor, nada seria possível. Que um dia eu consiga retribuir tudo o que vocês duas me ensinam, todos os dias.

Não posso deixar de agradecer ao meu pai, Umberto, que sempre tem uma palavra bonita na ponta da língua e uma boa história para contar. Minha paixão pelas palavras e livros só existe graças a você. Sempre acreditei que um dia iríamos fazer história, papai. A minha está começando agora. Muito obrigada.

Vocês três – mamãe, papai e vovó – são meu porto seguro e agradeço por me ensinaram uma grande lição: devemos sempre lutar pelos nossos sonhos, sem nunca perder nossa integridade. Amo vocês.

Não poderia deixar de agradecer a Rosenilda da Cunha, que comparecia às minhas reuniões da escola quando eu era criança e me ensinou caligrafia. Você também me ensinou sobre o amor aos estudos. Obrigada Rose.

Agradeço a todos os amigos que me acompanharam e me apoiaram durante este percurso. Vocês também são minha família. Sem vocês tudo fica sem graça. Obrigada por aturarem os choros decorrentes deste período.

Um agradecimento especial a Ana Paula Alarcon, minha irmã do coração, que me acalmou nas horas de desespero e pânico, e foi a voz da razão quando pensei em desistir. Fernando Cabral, muito obrigada; você aprendeu com a melhor, deve ser por isso que me deu conselhos tão bons. Gabriel Veras, a você, por deixar acontecer, obrigada pelos conselhos. E Regina Arruda, minha companheira de curso, de aventuras e que me apoiou até o fim desta jornada, sempre ao meu lado, incentivando minhas loucuras e meus sonhos. Obrigada por tudo, Regininha.

Agradeço também a Martina Monteiro, minha amiga-vizinha, que muitas vezes foi minha professora, muitas vezes foi minha amiga, muitas vezes foi minha irmã, e às vezes, foi bem mais do que isso: você foi o colo de que precisei. Obrigada por tudo que você me ensinou.

Aos nomes que não citei; não esqueci vocês. Obrigada por tudo. Por todo apoio e por toda a compreensão. Vocês são os melhores amigos que uma mulher poderia ter.

Quero agradecer aqui, também, a todos os meus colegas da Agência de Notícias UniCEUB, que fizeram parte do meu crescimento como profissional e como ser humano. Aprendi demais com vocês. Sou grata por cada minuto em que pude trabalhar, me divertir, e crescer com vocês. Minha admiração em forma de gratidão.

A todos os professores que fizeram parte de minha jornada acadêmica, também reservo um agradecimento especial. Não há presente maior na vida do que o conhecimento. Sou eternamente grata por essa construção. E a vocês, professores, também sou grata, porque tenho apenas uma certeza na vida: a de que quero continuar aprendendo e adquirindo novos conhecimentos até o fim dos meus dias. Devo isso a vocês.

Muito obrigada à professora Mônica Prado, que apresentou os caminhos e a importância da pesquisa científica na minha formação acadêmica; à professora Edla Lula, que me mostrou a magia e as belezas do rádio no Jornalismo e à professora Renata Bittencourt que, além de sempre acreditar em mim, me ensinou a importância de ser sujeita do meu conhecimento. Vocês são três mulheres a quem admiro muito.

E é claro, não poderia deixar de agradecer especialmente ao meu querido professor, orientador e chefe Luiz Cláudio Ferreira. Obrigada pela paciência, pelos conselhos e por sempre acreditar em mim. Obrigada pela oportunidade de escrever este trabalho. Obrigada por me mostrar sempre “o outro lado” e por me fazer enxergar o mundo com mais sensibilidade. E, acima de tudo, obrigada por me mostrar a força transformadora de nossa profissão. Espero um dia conseguir honrar seus ensinamentos, Mestre.

Finalmente, agradeço a Deus pela força de me trazer até aqui e pela determinação de me fazer continuar lutando por esta causa: tentar transformar o mundo em um lugar onde a justiça e a igualdade imperem para todos.

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres sem voz. A todas as mulheres injustiçadas, feridas, violadas. A todas as mulheres que lutam, dia após dia, para continuar sobrevivendo. Este trabalho é para você, mulher comum. Com a esperança de que um dia nossas vozes se unam e que possamos transformá-las em um grito. E que nosso grito seja ouvido.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura de portais noticiosos brasileiros de mídia on-line a respeito das relações entre violência e machismo durante o “mês da mulher”. A partir dos objetos avaliados – matérias especiais publicadas pelos portais UOL e G1 – buscou-se entender o teor dos depoimentos de quem é consultado para tratar deste tema. A inspiração para o método de trabalho foi a análise de conteúdo, proposta pela autora francesa Laurence Bardin. Como base teórica, esta pesquisa aborda o conceito de notícia, qual o papel social do jornalismo na sociedade e como se dá o processo de produção de notícias. Além disso, para a análise dos objetos selecionados, a pesquisa também aborda as discussões acerca da categorização proposta por autores sobre fontes de notícia.

Palavras-chave: Jornalismo on-line. Dia da Mulher. Análise de Conteúdo. Fontes de notícia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O QUE É NOTÍCIA?	12
2. O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO	17
3. NEWSMAKING E GATEKEEPING	22
3.1 O QUE MUDA NOS TEMPOS VIRTUAIS	24
3.2 A PIRÂMIDE DEITADA E AS CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO ON-LINE	28
4. AS FONTES DE NOTÍCIA	31
4.1 CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DE NOTÍCIA	32
5. METODOLOGIA	38
6. ANÁLISE	42
6.1 “DIAS DE MULHER” – ESPECIAL DO G1	42
6.2 ELAS SÓ QUEREM SE DIVERTIR: FEMINISMO	47
6.3 QUADRO-RESUMO	55
6.4 “DIAS DE MULHER” E “ELAS SÓ QUEREM SE DIVERTIR”	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS	62
1. GAROTAS SÓ QUEREM SE DIVERTIR: FEMINISMO	62
2 DIAS DE MULHER	74

INTRODUÇÃO

É março, mês da mulher. Tempo do jornalismo investir em reportagens dedicadas a essa temática, mais do que em qualquer outra época do ano. Em tons de homenagens, notícias se espalham pela rede e, durante todo esse tempo, é possível perceber um grande destaque dado aos materiais. O mês passa. Já em abril, as manchetes serão outras.

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura de portais noticiosos brasileiros de mídia *on-line* a respeito das relações entre violência e machismo durante o “mês da mulher”. Pretende-se entender o teor dos depoimentos de quem é consultado para tratar desse tema. Os objetos avaliados serão matérias especiais publicadas pelos portais UOL e G1, os de maior relevância no Brasil, segundo pesquisa Ibope/Conecta (2014)¹.

Entre os questionamentos que motivaram esta pesquisa estão estes: Como a mulher é representada? Qual é o discurso proferido pela mídia? Quais são os recursos utilizados pelo jornalismo para enriquecer as matérias no meio *on-line*?

Repercutiu na mídia, em 2014, o resultado da pesquisa “Tolerância Social à Violência Contra as Mulheres”, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)². O primeiro resultado divulgado apresentou números alarmantes: de acordo com a pesquisa, 65% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente que as “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Este resultado revelou-se equivocado e o instituto, obrigado a se retratar, divulgou o número correto: 26%. Menos da metade da porcentagem divulgada na primeira vez.

No entanto, as discussões em relação ao machismo e a gravidade desse tipo de pensamento, não diminuíram com a divulgação dos resultados corretos. Muito pelo contrário. Os temas ligados ao machismo continuaram lembrados pela agenda do jornalismo. Vale ressaltar que o fato de menos pessoas pensarem que mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas, não permite inferir que nenhuma pessoa pense desse jeito. Os números e a discussão gerada indicam que esse tipo

¹ A pesquisa está disponível no site do Ibope. O UOL foi lembrado por 50% da amostragem e o G1 por 48%

² A pesquisa Tolerância Social à Violência Contra as Mulheres foi publicada no dia 4 de abril de 2014 e foi acessada em 4 de junho de 2015 no site:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf

de pensamento ainda está enraizado na sociedade. Pesquisas como essa, é que mantêm os temas feminismo e machismo na pauta do jornalismo.

O dia *oito de março*³ foi escolhido internacionalmente para celebrar o dia da mulher. Esta pesquisa se justifica tanto para compreender as relações que se estabelecem com a agenda sobre o tema, as fontes que agem nas narrativas, quanto para compreender o valor da reportagem, a fim de contextualizar um assunto que, por si só, está programado para entrar na pauta jornalística do mês de março.

Outro olhar que precisa ser trabalhado é o de observar quais foram as opções e assuntos enquadrados nas matérias especiais. Ao levantar as questões típicas dos caminhos da narrativa, também se pode refletir sobre a importância da reportagem, as características das contextualizações, visto que a mídia poderia manter o viés conservador e machista que as próprias pesquisas mensuram na sociedade brasileira.

Mas não apenas isso. A própria análise das fontes das notícias que foram selecionadas para montar os especiais do UOL e do G1, com certeza também podem ser utilizadas como estudo de como a imprensa brasileira trata o tema e enxerga a mulher no cenário contemporâneo.

Divisão

A monografia tem seis capítulos e foi organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo trata sobre “O que é notícia?” e traz explicações sobre o que constitui uma notícia no jornalismo, qual é a diferença entre uma notícia, uma nota e uma reportagem e quais são os valores-notícias utilizados para que certa notícia seja, ou não, veiculada. Além disso, fala sobre a objetividade no jornalismo, um conceito que é parte integrante do jornalismo, mas que muitas vezes é mal interpretado.

³ Durante a II Conferência Internacional de Mulheres, realizada em 1910 na Dinamarca, a famosa ativista pelos direitos femininos, Clara Zetkin, propôs que o 8 de março fosse declarado como o Dia Internacional da Mulher, homenageando as 129 tecelãs que foram violentamente reprimidas pela polícia, quando faziam uma greve pela redução da jornada de trabalho, em Nova Iorque. No dia 8 de março de 1857, os patrões e a polícia trancaram as portas da fábrica onde as ativistas faziam a greve e atearam fogo. Asfixiadas, dentro de um local em chamas, as tecelãs morreram carbonizadas. Essas informações foram acessadas dia 20 de junho de 2015, no site: <http://www.redemulher.org.br/8demarco.htm>

O segundo capítulo “O papel social do jornalismo” aponta considerações sobre o papel de transformador social que o jornalismo pode (e deve) exercer, quando executado de forma correta na sociedade, desde suas origens históricas até os tempos atuais.

O terceiro capítulo “Newsmaking e Gatekeeping” aborda teorias que permeiam a produção da notícia jornalística e como estas teorias se adaptaram à nova realidade da era virtual. Além disso, o capítulo trata sobre o papel que o jornalista exerce na hora da publicação de uma notícia.

O quarto capítulo traz uma descrição detalhada sobre as fontes de informação utilizadas na construção da notícia em geral. O capítulo explica o conceito de fontes, de acordo com os principais autores que tratam sobre o assunto, e a classificação que esses autores trazem sobre as fontes

O quinto capítulo consiste na descrição do método utilizado durante a pesquisa, a análise de conteúdo. Esta teoria, descrita pela autora Laurence Bardin, foi a base epistemológica utilizada para a elaboração da etapa analítica deste trabalho.

E, finalmente, o sexto capítulo consiste em uma análise detalhada das matérias que foram publicadas nos principais veículos *on-line* e como elas se relacionam com a escolha das fontes que foram usadas na construção das notícias estudadas.

1. O QUE É NOTÍCIA?

Quando se pensa em notícia, deve-se pensar essencialmente sobre o gênero fundamental que constitui o jornalismo. De acordo com Amaral (1997, p.39), “a notícia é a matéria-prima do jornal, a base de tudo o que é publicado, da nota mais alegre ao mais sério editorial.” Para o autor, é a notícia a responsável por determinar os horários dos jornalistas, determinar o ritmo do trabalho. Mas ainda confunde-se muito no âmbito jornalístico o que é uma notícia, o que é uma nota, e o que é uma reportagem.

De acordo com Nascimento (2009, p.83) “a diferença está não só na extensão (do menor ao maior texto), como também na forma de apresentar o fato”. A autora explica que os detalhes e a forma como as informações são aprofundadas mudam em cada texto, já que respondem de formas diferentes às expectativas dos leitores. Uma nota, por exemplo, tende a ter um texto mais curto.

A nota é considerada uma “notícia curta”, mais enxuta; restringe-se ao lide e, frequentemente, ocupa apenas um parágrafo. É também comum ser formatada em colunas e costuma ser utilizada para informar sobre acontecimentos que, embora dignos de “interesse público”, não são considerados de grande relevância por parte da redação do veículo (NASCIMENTO, 2009, p.83).

Já uma notícia, “apesar de também prender-se ao aspecto factual e ter o lide como núcleo narrativo, não se restringe a este último, trazendo depoimentos e informações adicionais” (NASCIMENTO, 2009, p.83). Ao falar sobre as notícias, Nascimento (2009) também explica que essa forma textual carrega a identidade narrativa do texto jornalístico, já que muitas vezes, outras modalidades de texto se constroem a partir da ideia da notícia, como é o caso da reportagem.

A maioria dos manuais de jornalismo define notícia como tudo o que é importante e/ou interessante, que interfere de alguma forma na vida em sociedade. Pena cita em seu livro, *Teorias do Jornalismo*, que para Luiz Amaral, notícia é a matéria-prima do jornalismo. Amaral cita que uma revista americana, *Collier's Weekly*, define notícia como “tudo que o público necessita saber, tudo que o público deseja falar”, acrescentando que ela é “a inteligência exata e oportuna dos acontecimentos, descobertas, opiniões e assuntos de todas as categorias que interessam aos leitores”. (Pena, 2005, pp. 70-71)

Segundo Traquina (2005), as notícias são a construção do social, são o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação.

Nas rotinas produtivas de muitas redações, nem tudo o que chega ao conhecimento dos jornalistas vira notícia. O excesso de fatos faz com que somente uma pequena parte se torne notícia e seja publicada. Mas quais são os critérios utilizados pelos profissionais de jornalismo para escolher que fatos devem ou não virar notícia?

A reportagem tem algumas características que a diferenciam da notícia e da nota. Para Nascimento (2009) isso acontece porque a reportagem precisa apresentar uma interpretação maior dos fatos, o que acaba exigindo do jornalista que tenha um trabalho também maior de investigação e observação.

Na reportagem, exige-se ainda mais sensibilidade do repórter. Alguns chamam isso de “faro jornalístico”, outros de “capacidade de estar antenado”. É certo que estar atento ao mundo, ao que acontece à sua volta, não é dom divino, tampouco é exclusividade dos jornalistas, mas para estes deve ser uma atitude constante, busca diária (NASCIMENTO, 2009, p.86)

Mas o que, afinal de contas, determinará aquilo que vai virar, ou não, uma notícia? Quem determina quais os fatos são “dignos” de serem publicados e por quê? Para Pena (2005), o questionamento sobre o que leva um fato a virar, ou não, notícia, é a pergunta mais importante da teoria do jornalismo. Ele explica que revelar o modo como as notícias são feitas é mais do que uma forma de compreender seu significado, mas também uma forma de contribuir para um amadurecimento democrático da sociedade (PENA, 2005).

A questão posta em discussão por Pena, é que “os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja, têm critérios óbvios, quase instintivos” (PENA, 2005, p. 70). Isso significa que, além de relatar os fatos, ainda faz parte da função do jornalista ponderar sobre quais histórias são mais essenciais do que outras para serem contadas ao público.

Mas é claro que o jornalista não escolhe uma história arbitrariamente para transformar em notícia. Para Wolf (1994, p. 170) a noticiabilidade é formada por um

conjunto de condições, que são exigidas de um acontecimento, para que assim, ele possa adquirir a existência pública de notícia.

Tudo o que não corresponde a esses requisitos é 'excluído', por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a 'matéria-prima' que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa (WOLF, 1997, p.170).

Isso significa que, por muitas vezes, acontecimentos ou ponderações importantes ficam de fora da pauta jornalística. E as razões para que isso aconteça não se justificam porque certo fato é irrelevante. Para que um acontecimento se transforme em *notícia* ele precisa primeiramente ser *considerado* uma notícia pelos jornalistas. É preciso encontrar dentro do acontecimento os critérios de noticiabilidade que garantirão sua publicação.

Mas é importante ressaltar, também, que esses critérios e valores não são uma lista estática, na qual o jornalista verifica cada item antes de decidir se deve, ou não transformar uma história em notícia. Traquina (2005) explica que os valores-notícia podem mudar. Ou seja, conforme o tempo e as épocas vão passando, "com sensibilidades diversas de uma localidade para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra, tendo em conta as políticas editoriais" (TRAQUINA, 2005, p.95), é possível que cada jornalista leve em consideração novos critérios de noticiabilidade para montar sua notícia.

Autores têm contribuído de formas diferentes sobre as possibilidades de compreender os critérios de noticiabilidade. Um dos argumentos mais conhecidos é de Erbolato (1991) que acredita que as notícias, em sua maioria, poderiam ser publicadas se respeitassem os seguintes critérios: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência (ou celebridade), aventura e conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, relevância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussão, confidências.

Vale agora ressaltar outro ponto importante a ser discutido dentro do processo de produção de uma notícia. O da *objetividade* do repórter. Traquina

(2012) traz uma grande reflexão sobre o assunto, quando explica que muitas vezes, ainda nos dias de hoje, essa discussão é reduzida à dicotomia subjetividade *versus* objetividade.

Mas o que isso significa? Muitas vezes, quando questionado sobre sua função como profissional, o jornalista fala que tem a obrigação de ser objetivo, de apenas relatar os fatos, mantendo sua imparcialidade. Mas pensando nos critérios de noticiabilidade e no *poder* que o jornalista carrega de escolher algumas histórias para se transformarem em notícias, enquanto outras permanecem apenas como acontecimentos cotidianos, é possível perceber que a objetividade não é um conceito muito bem entendido – tanto pela população, que ainda tem a visão do jornalista como um mero reproduzidor da realidade, quanto pelos próprios profissionais da área, que muitas vezes não entendem que a objetividade plena é uma tarefa impossível, em uma profissão em que histórias são classificadas como mais importantes do que outras a todo momento.

a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho (TRAQUINA, 2012, p. 141).

Isso significa, basicamente, que os jornalistas se utilizam da objetividade como uma justificativa para “lavarem as mãos” em relação às críticas que podem surgir sobre suas notícias. Porque se eles utilizam a desculpa da objetividade, então não precisam se responsabilizar por terem escolhido aquela história. E realmente, é quase uma afronta no meio jornalístico admitir que um jornalista não é imparcial.

A objetividade como a negação da subjetividade está ligada diretamente à cultura profissional do jornalismo.

O discurso jornalístico cerca-se de estratégias que lhe garantem credibilidade e que devem ser observadas desde a produção de cada matéria: planejamento, pesquisa, busca por diferentes pontos de vista a respeito do acontecimento, clareza textual. Esses procedimentos, ainda que vinculados à ideia de objetividade, não “apagam”, porém, as marcas de subjetividade de um texto (e nem poderiam fazê-lo – basta lembrar que “aquele que escreve” e “o mundo sobre o qual escreve” são entidades indissociáveis, uma vez que participam de um mesmo todo de significação, a linguagem). (NASCIMENTO, 2009, p. 103)

Dessa forma, Nascimento (2009) defende que a objetividade e a subjetividade não devem ser pensadas como conceitos que se excluem um ao outro, mas sim como sendo duas faces da informação. De acordo com Traquina (1999) o ideal de objetividade dá a entender que os acontecimentos podem, de alguma forma, serem separados das opiniões ou juízos de valor. Assim os jornalistas conseguiriam se distanciar relativamente dos acontecimentos e relatar o acontecimento por meio de técnicas de apuração competentes.

2. O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO

É interessante pensar no papel social do jornalismo, contextualizando o desenvolvimento da profissão. Afinal de contas, não é tarefa fácil se comprometer com a população em tentar sempre dar aquela notícia que – seguindo alguns critérios – pareça ser relevante e de interesse público.

Para começar essa viagem de volta ao passado, Lage (1998) lembra que, na Idade Média, a população recebia informações por meio de decretos, proclamações, exortações e sermões das igrejas. Obviamente as informações “boca-a-boca” sempre existiram e, durante esse período da história, viravam fábulas e contos que – muitas vezes – levavam décadas para cruzar a Europa, sendo contadas pelos trovadores.

Lage explica que esse cenário começou a mudar a partir do século XIII, por causa da expansão da atividade comercial. Isso porque a primeira grande via de comércio – que unia o Oriente à Europa – foi o local do surgimento das cidades-empórios, onde juntamente com as mercadorias, chegaram também as técnicas de informações. “A acumulação de capital logo teve consequências: a organização mais ampla e atuante da atividade artesanal e a alfabetização” (LAGE, 1998, p. 9). Agora os avisos já podiam ser pregados nos muros (eram, obviamente, cópias manuscritas). Vale ressaltar que esses avisos não partiam de duques e nem de bispos, mas ao contrário, quem mandava escrevê-los eram os banqueiros e comerciantes.

Lage (1998) conta, ainda, que esse ciclo promissor entrou em decadência por causa do corte das vias de comércio com o Oriente, que aconteceu nos meados do século XV. O caminho restante, agora, ficava entre a Europa e Ásia, a partir dos burgos da Alemanha. “Ali, em Mogúncia, Gutenberg imprimiu a bíblia, em 1452. A prioridade a ele atribuída na invenção da imprensa é discutível, mas a tecnologia gráfica resultou seguramente do comércio asiático” (LAGE, 1998, p.9).

Lage também explica que a fase seguinte a essa aconteceu por causa do início da colonização da América e da expansão do comércio oceânico com o Oriente – por meio do caminho que foi descoberto por Vasco da Gama. Ainda sobre a língua, Lage discorre:

O latim já era a língua culta, usada apenas por eruditos e padres. Como consequência da etapa anterior do processo gerado pelo mercantilismo, as cidades, que não tinham expressão na Idade Média, cresciam e prosperavam. De Cervantes a Shakespeare, as línguas nacionais ganhavam magnitude, impostas, a partir dos centros de poder, sobre províncias condenadas a terem seus idiomas reduzidos a dialetos. (LAGE, 1998, p. 10)

E foi justamente nesse contexto que apareceu a imprensa periódica. De acordo com Lage (1998), o primeiro jornal entrou em circulação no ano de 1609, em Bremen, na Alemanha. Escrevia-se em inglês e francês, para que os jornais pudessem ser exportados. Em Londres, a imprensa começou a atuar em 1621, com a *Current of General News*. Apenas dez anos depois Paris foi ter sua *Gazette*. Lage ressalta um ponto importante a respeito dos primeiros jornais:

Nos primeiros jornais, a notícia aparece como fator de acumulação de capital mercantil: uma região em seca, sob catástrofe, indica que certa produção não entrará no mercado e uma área extra de consumo se abrirá, na reconstrução; a guerra significa que reis precisarão de armas e de dinheiro; uma expedição a continentes remotos pode representar a possibilidade de mais pilhagens, da descoberta de novos produtos ou de terras próprias para a expansão de culturas lucrativas, como a cana-de-açúcar e o algodão (LAGE, 1998, p. 11)

Mas não somente a isso se resumia a função dos jornais na época de seu surgimento. De acordo com Lage (1998), a burguesia utilizou-se dos periódicos para lutar em outras frentes e, dessa forma, lançar sua arrancada final sobre os palácios. A Igreja e o Estado até tentaram dar um “basta” nos burgueses e conter os jornais impressos, censurando o seu conteúdo. Mais tarde – uma vez que a imprensa não pode ser contida – lançaram seu próprios jornais que tratavam de temas próprios, mas não tinham muito o que dizer na guerra de opiniões. “Foram anos e anos de intensa luta política, em que a informação aparecia como tema da análise dos publicistas, da denúncia dos panfletários, de puxa-saquismo dos escritores cortesões” (LAGE, 1998, p. 11).

Em se tratando da história do jornalismo, Lage (1998) explica também que, durante algum tempo, – até o rádio e o cinema serem difundidos – a imprensa era confundida com o que mais tarde seria chamado de comunicação de massa. Os jornais ampliaram suas páginas e incluíram em suas publicações os folhetins,

resultado da eficácia publicitária e do aumento das tiragens, além de horóscopos e quadrinhos.

E mesmo tratando-se de forma tão resumida da história do jornalismo, Lage (1998) deixa claro: a notícia – mesmo adaptando-se a padrões industriais através das técnicas de produção, das restrições de código linguístico e mantendo uma estrutura relativamente estável – terminaria sendo a principal matéria prima dos jornais.

É então que as discussões sobre o verdadeiro papel do jornalismo na sociedade começam. Kovach e Rosenstiel (2003, p.31) já disseram que “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Partindo-se desse pressuposto, pode-se afirmar que o jornalismo exerce, na sociedade, o importante papel de ajudar cada pessoa a construir opiniões e formar um senso crítico a respeito de determinado assunto.

Além disso, Traquina (2012) explica a teoria democrática, que dizia que o jornalismo deve cumprir um duplo papel: por um lado com uma liberdade “negativa”, que serviria para “vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes” (TRAQUINA, 2012, p.50). Por outro lado, o jornalismo deveria cumprir seu compromisso com a chamada liberdade “positiva”, em que sua função seria “fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho de suas responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística” (Idem, p.50).

Muito se têm discutido sobre a definição de jornalismo. Afinal de contas, a rápida evolução das tecnologias, as mudanças de plataformas das notícias e a migração dos meios tradicionais impressos para os meios on-line geram grandes discussões na hora da definição do que é, realmente, jornalismo. Mas Kovach e Rosenstiel (2003, p.30), quando se questionaram sobre o assunto, já esclareceram que, na verdade, “os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por alguma coisa mais elementar – a função exercida pela notícia na vida das pessoas”.

Isso significa, basicamente, que pensar em um conceito de jornalismo levando-se em conta a plataforma em que ele está inserido não é o que realmente caracteriza a função. Isso porque o jornalismo exerce vários papéis em nossa sociedade e, independentemente de qual plataforma ele esteja inserido, sua função principal não vai mudar:

A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões. [...] A imprensa funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece voz aos esquecidos. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003 p. 30).

É por argumentações como essa, que se percebe que o jornalismo e a democracia são dois elementos impossíveis de serem separados. O jornalismo é parte integrante da democracia. A função jornalística é essencial para que a democracia funcione em sua totalidade, já que permite aos cidadãos que possam abrir seus olhos e decidirem por conta própria aquilo que é certo ou errado.

É, portanto, papel do jornalismo assinalar preconceitos, fazer críticas a pensamentos de ódio e mostrar para as pessoas quando um comportamento está errado. A população tem acesso às notícias diariamente e por isso é tão importante que os jornalistas consigam passar, com qualidade, informações sobre aqueles assuntos que estão tratando.

Sousa (2002) traz considerações sobre o papel social do jornalismo, quando explica que os meios de comunicação contribuíram – desde seu surgimento – para que acontecessem mudanças profundas na sociedade, através das informações que eram divulgadas pelos jornalistas. Informações essas, que poderiam servir para que a população, posteriormente, exercesse alguma ação sobre a sociedade. Além disso, é possível afirmar que “os meios jornalísticos são o principal veículo de comunicação pública através dos quais a estrutura do poder se comunica com a sociedade” (SOUSA, 2002, p. 122).

Outra consideração de extrema relevância abordada pelo autor é a de que os meios jornalísticos não são parte integrante apenas da estrutura política da sociedade, mas também das estruturas histórica, social, econômica e cultural.

[...] as realidades que os *News Média* nos dão a conhecer são realidades mediatizadas por esses mesmos meios. Visto de outro prisma, os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõem-nos, logo à partida, determinadas interpretações para essas mesmas realidades (SOUSA, 2002, p. 122)

É por esses e outros motivos que o papel do jornalista na sociedade é tão importante. É necessário destacar aqui – com ênfase – o poder que o jornalista tem de influenciar a sociedade. Se ele faz seu trabalho tendenciosamente, ou então decide favorecer certas fontes, ou por algum motivo tem alguma opinião drástica sobre um assunto, é o receptor da mensagem, o público, ao fim e ao cabo, que vai receber essa influência. E - por mais que existam vários meios de comunicação, vários jornalistas e vários pontos de vista - é imprescindível que o jornalista antes de oferecer uma notícia, esteja atento ao seu papel junto à sociedade. Porque a informação que esse profissional vai transmitir, terá impacto direto sobre aquelas pessoas que estão recebendo a mensagem.

Sousa (2002) explica que, de alguma forma, os meios de comunicação são capazes de moldar os horizontes de conhecimento sobre um determinado número de realidades, principalmente as realidades atuais. O autor explica como se deu a institucionalização dos meios jornalísticos nas democracias ocidentais:

Nas democracias ocidentais os meios jornalísticos institucionalizaram-se como agentes de vigia dos poderes (*whatchdog journalism*). Por vezes funcionam igualmente como defensores de alguns setores da sociedade (*advocates*). Embora tenham tido origem em interesses comerciais e (depois) políticos, na Europa, e sobretudo após a aparição da rádio e da televisão, alguns meios foram sendo subordinados à lógica do interesse público (se esta lógica se concretiza na realidade ou não, é outro assunto), tendo surgido os serviços públicos de radiodifusão, teledifusão, de agência noticiosa e, em alguns casos, de imprensa escrita (SOUSA, 2002, p. 123)

3. NEWSMAKING E GATEKEEPING

Para pensar na construção de uma notícia, é preciso levar em conta as etapas que o repórter tem que percorrer até chegar à parte final de seu trabalho: a publicação. É pensando no processo de produção de notícias que aparece a teoria do *newsmaking*. “A perspectiva da teoria do newsmaking é construtivista e rejeita claramente a teoria do espelho” (PENA, 2005, p.129). Isso não significa, no entanto, considerar as notícias como ficcionais, sem correspondência com a realidade exterior.

Vale lembrar que a teoria do espelho defende que uma notícia é construída como sendo um mero espelho da realidade. “Sua base é a ideia de que o jornalismo reflete a realidade. Ou seja, as notícias são do jeito que as conhecemos, porque a realidade assim as determina”. (PENA, 2005, p.125).

A teoria do Newsmaking é contra esse argumento, pois defende que “embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo” (Idem, p. 129). Isso tudo significa que, por mais que o jornalista tente passar com fidelidade a realidade daquilo que está acontecendo, ele nunca vai conseguir ser um mero “copiador” dos acontecimentos da vida real. Ainda existem outros fatores que interferem na escolha de pautas, na publicação – ou não - de certos temas. Os critérios de noticiabilidade são um exemplo disso, já que acabam sendo fatores analisados de perto pelos jornalistas antes da escolha da publicação de uma notícia.

Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do newsmaking (PENA, 2005, p. 130)

Mas Pena (2005) também ressalta que não é possível encarar os pressupostos da rotina e da cultura jornalísticas como sendo fatores pontualmente deterministas. “Eles não são módulos uniformes e imutáveis. Há espaços de manobra para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais”. (Idem, p.130)

A primeira teoria que surgiu na literatura acadêmica sobre o jornalismo foi a teoria do *gatekeeper*, que se refere a uma pessoa que vai tomar uma decisão dentro de uma sequência de decisões.

Nesta teoria, o processo de produção de informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões”, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (TRAQUINA, 2012, p. 152)

Essa teoria da comunicação é criticada pelo autor, pois “analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista” (TRAQUINA, 2012, p. 153). Segundo Traquina (2012), pensar unicamente do ponto de vista do jornalista faz com que apenas uma visão microsociológica seja abordada. “É assim, uma teoria que se situa ao nível da pessoa jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização” (Idem, p. 153).

Pena (2005) explica que o primeiro teórico que aplicou o conceito do *gatekeeper* foi Manning White, no ano de 1950. White observou um jornalista com 25 anos de experiência profissional, que tinha como função decidir quais notícias seriam publicadas ou não. Dentre as mais de 1.300 explicações de recusas para as notícias, a grande parte das justificativas se relacionava à falta de espaço para publicação, ao fato de serem repetidas, não terem interesse jornalístico, ou irem contra os interesses do próprio jornal.

No entanto, estudos realizados posteriormente chegaram à conclusão de que “as decisões do *gatekeeper* estavam mais influenciadas por critérios profissionais ligados às rotinas de produção da notícia e à eficiência e velocidade do que por uma avaliação individual de noticiabilidade”. (PENA, 2005, p. 135).

Apesar das críticas à essa teoria – afinal de contas, nenhuma notícia é construída *unicamente* pela seleção do jornalista – é importante pensar que muitas vezes, os fatores que constituem uma notícia partem exatamente dessa escolha. Por que certa fonte é utilizada e não outra? Por que o jornalista escolhe retratar uma história de certo ponto de vista, e não de outro?

Vale lembrar aqui que, por mais que existam fatores externos de seleção de uma notícia, que vão determinar *o que* vai ser contado, muitas vezes é o jornalista que tem o poder de determinar *como* essa notícia será contada.

Às vezes por falta de tempo, pelas pressões dos prazos de fechamento, ou até mesmo pelas demandas editoriais, um repórter pode escolher procurar uma fonte já conhecida. Nem sempre é fácil o processo de apuração, de investigação e descoberta de um novo ponto de vista. Então o jornalista acaba agindo como esse “portão”, que vai selecionar os detalhes da forma como a notícia é contada.

3.1 O QUE MUDA NOS TEMPOS VIRTUAIS

O tempo passou e, com ele, a tecnologia evoluiu. Agora, os meios de comunicação também integram os espaços *on-line* para serem utilizados como novas plataformas de publicação. Cada vez mais as pessoas vivem grudadas aos celulares – os olhos sempre fixos na pequena tela que já tem a capacidade de fazer muito além de uma simples ligação. O mundo todo está conectado. As notícias percorrem o globo, em um segundo, em tempo real. E é justamente por isso que vale aqui discutir como a tecnologia mudou as formas de fazer jornalismo.

Segundo Mielniczuk (2001), mesmo antes do World Wide Web (WWW) ser inventado, a rede já era usada com o intuito de divulgar informações. A diferença era que os serviços oferecidos tinham um público muito específico e que eram distribuídos, comumente, através de e-mails. No entanto, somente no início dos anos 90, quando a Web finalmente começou a ser utilizada com fins comerciais, é que a internet realmente passou a atender a finalidades jornalísticas.

Weber (2010) sugere que o surgimento da internet trouxe para a prática do jornalismo consequências irreversíveis, tanto na forma como as pessoas têm acesso à informação, quanto na forma que o conteúdo é publicado, além da relação existente entre os jornalistas, as organizações, o público e a fonte.

É preciso lembrar, aqui, que a própria forma com que o jornalista se relaciona com a notícia muda dentro do jornalismo on-line.

Se antes as funções dos profissionais de rádio, TV e imprensa se diferenciavam pela utilização de ferramentas distintas, hoje, com a convergência de mídias, essas funções se misturam – em um só aparato, o computador, pode-se escrever um texto, editar um vídeo, gravar o áudio para uma reportagem e ainda disponibilizar tudo isso na rede. É preciso conhecer e manipular diferentes linguagens, pois a internet unifica, em uma só plataforma, várias mídias, dando lugar

à produção de conteúdos cada vez mais multimídia e interativos (WEBER, 2010, p.2)

Weber (2010) explica que, por causa dessa convergência dos meios, há uma preocupação relacionada à manutenção da qualidade das notícias. Afinal de contas, é uma preocupação justificável que um profissional - tendo que exercer diversas funções - consiga realizar todas com o mesmo nível de desempenho de outrora, quando dispunha do tempo para se concentrar em apenas uma delas. “Mesmo assim, a tendência é que os jornalistas realmente dominem tais ferramentas, ainda que não precisem ser especialistas, pois devem contar com o suporte de técnicos dentro da redação” (Idem, p.2).

É exatamente por causa desse cenário relacionado às transformações práticas decorrentes dos desenvolvimentos das tecnologias da informação, que é possível observar mudanças na forma como algumas teorias do jornalismo foram pensadas. E a teoria do *gatekeeping* merece ter seu papel dentro do jornalismo analisado, uma vez que todas as mudanças ocorridas influenciam diretamente o jornalista na maneira de selecionar uma notícia (WEBER, 2010).

Para começar a falar sobre o *gatekeeping* na era virtual, primeiramente é preciso falar sobre algumas implicações que decorreram da utilização da internet como plataforma de publicação de conteúdo. Com certeza *interatividade* é a palavra-chave para esta questão.

Agora, existe a possibilidade muito maior do público interagir com a notícia. Existem espaços para comentários nas redes, endereços de *e-mail* para contato (muito mais rápidos do que as antigas cartas), janelas de *chats* de opinião. Mas a interação com o público receptor do conteúdo não se resume apenas a isso.

É possível dizer que diante de um jornal impresso cada leitor faz o seu percurso de leitura ou que diante da televisão convencional cada pessoa troca os canais - durante o telejornal - de acordo com sua vontade, porém em ambos os casos existe uma unidade proposta. No webjornal esta dita unidade proposta é tão complexa - sobretudo pela constante atualização, pelo grande volume de informações e pelo formato hipertextual - que o produto deixa de ser percebido pelos leitores como sendo único (MIELNICZUK, 2001, p. 6)

É possível perceber, então, que dentro da internet existem inúmeros caminhos que podem ser percorridos na hora da construção de uma narrativa e isso quebra o padrão tradicional dos meios de comunicação, onde apenas uma única

mensagem é disseminada para o público (MIELNICZUK, 2001). Se uma notícia é publicada na rede agora, a pessoa que está acessando vai ser aquela com o poder de escolher a trajetória a ser percorrida na hora da leitura.

A internet oferece o recurso de muitos *links*, *hiperlinks*, janelas que redirecionam páginas, vídeos que aparecem no meio das matérias, links para outros sites etc. Esses recursos são essenciais e permitem que o receptor da mensagem tenha acesso àqueles conteúdos que lhe forem preferidos.

E essa ideia de que o receptor é – de certa forma – dono de seus próprios caminhos e não depende mais da escolha do repórter para decidir o que passa e o que não passa pelos “portões” da notícia, acaba pondo em jogo a ideia do jornalista como *gatekeeper*.

Ward (2007) explica que toda essa interação com a população pode ser perturbadora para os jornalistas. “Ela desafia toda a premissa do jornalista como *guardião* e provedor de informações. Promove também toda espécie de discussão sobre a exatidão, veracidade e perspectiva daquela informação” (WARD, 2007, p.25).

Weber (2010) ressalta que é possível pensar em uma adaptação do papel do jornalista como *gatekeeper* ao ambiente virtual já que, mesmo a internet sendo um lugar com uma grande quantidade de informações disponíveis – os leitores não teriam nem o tempo, nem a formação necessária para filtrar as notícias mais credíveis.

Talvez seja essa uma das atuais funções dos jornalistas: filtrar a informação na rede. Pode-se pensar na assinatura do profissional ou do veículo de comunicação como um selo de qualidade e credibilidade para a informação encontrada na rede. (WEBER, 2010, p. 9)

Outro ponto abordado por Weber (2010) é a questão da falta de limitação de tempo e espaço que existe dentro das redações *on-line*. Diferentemente das mídias tradicionais, se não existem limites de espaço bem definidos no mundo virtual, então quase tudo pode ser publicado.

A autora destaca o fato de que qualquer usuário pode publicar conteúdos na internet. Isso significa que notícias podem ser publicadas por pessoas que nem sempre são jornalistas e, além disso, podem ser lidas pelo usuário final, que escolhe seus próprios percursos, sem necessariamente passar pelos tradicionais veículos

on-line, atuando assim, como seu próprio *gatekeeper*. É o conceito de jornalismo colaborativo que surge e, junto a ele, o novo conceito de *gatematching*. Weber (2010) explica que esse conceito de *gatematching* foi teorizado por Burns, que mostrou que talvez houvesse um enfraquecimento do papel do jornalista na web. Agora o jornalista não seria mais alguém que busca os fatos, como o repórter – já que pessoas comuns podem agir como tal – mas agiria como alguém que busca colocar o máximo de documentos e links externos para direcionar o público aos assuntos de acordo com seu interesse, como se fosse um bibliotecário.

Eles observam o material que está disponível e é interessante, e identificam as novas informações úteis com objetivo de canalizar este material para atualizar e estruturar notícias que possam apontar direções para conteúdos de relevância e outras partes do material selecionado (BURNS, 2005 *apud* WEBER, 2010, p.10)

A partir daí, Weber explica que o jornalista atuaria como um observador dos portões de saída, tanto dos veículos tradicionais, como dos não tradicionais, alguém que buscaria sempre a informação relevante assim que ela se tornasse disponível para direcionar o usuário.

De papel de porteiro, o jornalista passaria para uma espécie de vigia. A estrutura hipertextual da webnotícia vai favorecer o acesso do público às fontes primárias – por exemplo, em vez de resumir todos os pontos de um documento, o jornalista pode simplesmente disponibilizar um link para que o usuário acesse o documento completo/original (WEBER, 2010, p.11)

Dessa forma, Weber (2010) traz conclusões importantes a respeito da teoria do *gatekeeper* nos tempos virtuais. A autora sintetiza sua análise explicando que atualmente, os usuários da rede são mais ativos frente aos meios de comunicação. Primeiramente porque podem escolher o quê vão ler e quando vão ler as notícias. Em segundo lugar porque podem, eles mesmos, fazer parte do processo de produção das notícias. A autora enfatiza o espaço existente dentro dos portais noticiosos para que os leitores possam sugerir pautas, fazer comentários, opinar e até mesmo apontar erros nas matérias publicadas. E também existe a facilidade de publicação dos conteúdos na rede que, “através de ferramentas gratuitas e cada vez mais fáceis de usar, como os blogs, transforma qualquer usuário em escritor, autor, comentarista ou mesmo ‘jornalista’ em potencial” (WEBER, 2010, p. 13).

A autora explica, ainda, que as mudanças que ocorreram nos meios de produção do jornalismo estão diretamente ligadas à evolução das tecnologias de comunicação. “No contexto das novas mídias, a função do jornalista como gatekeeper não desaparece, porém transforma-se para se adaptar às novas exigências” (Idem, 2010). Weber quer dizer, com isso, que a presença do profissional ainda é necessária para garantir que as notícias com maior qualidade sejam filtradas, e que as notícias não sejam saturadas nem passadas de forma saturada ao público.

Os jornalistas, como gestores da informação, precisam saber manipular os aparatos técnicos, construir uma base sólida como buscar, organizar e apresentar informação significativa e ainda saber lidar cada vez mais com um público exigente e vigilante. Teorias como a do *gatewatching* são válidas para atualizar conceitos adaptados a essa nova realidade jornalística, de caráter cada vez mais participativo, interativo e multimídia (Idem, 2010)

3.2 A PIRÂMIDE DEITADA E AS CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO ONLINE

Uma das principais características comumente atribuídas a um texto jornalístico é a de pirâmide invertida, em que as principais informações do texto encontram-se no início da matéria e são priorizadas pelo repórter. De acordo com Canavilhas (1999), essa técnica pode ser descrita fundamentalmente como a redação de uma notícia, que se inicia a partir dos dados mais importantes. Normalmente, esses dados são as respostas às perguntas “o quê, quem, onde, como, quando e por quê” que, depois, são complementados por informações organizadas em blocos de interesse decrescente.

Mas como ocorre essa organização nos textos escritos na internet, onde o conteúdo não precisa necessariamente ser linear, e o usuário pode traçar seus próprios percursos de leitura?

Canavilhas (1999) defende que a técnica da pirâmide invertida está ligada à plataforma do papel – que ele considera como sendo uma plataforma restrita - e que “usar a técnica da pirâmide invertida na web é cercear o webjornalismo de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adopção de uma arquitectura noticiosa aberta e de livre navegação” (CANAVILHAS, 1999, p.7).

Para o autor, a utilização da técnica da pirâmide invertida é totalmente compreensível em plataformas onde o espaço para a publicação é finito. Mas na plataforma da *web*, essa estrutura para de fazer sentido, uma vez que o repórter multiplica a oferta de novas possibilidades de leitura ao usuário. Na internet, é possível ampliar os horizontes de leitura através de ligações entre textos e da disposição de outros elementos multimídia, que podem se organizar em camadas de informação.

Para explicar a flexibilização dos meios *on-line*, e o modo como se dá a organização das notícias na internet, Canavilhas (1999) traz a proposta dos autores Dias Noci e Salaverria, de que as estruturas hipertextuais podem ser organizadas da seguinte maneira: sendo lineares, reticulares, ou mistas.

Canavilhas (1999) esclarece que, em se tratando de estruturas hipertextuais lineares – aquelas consideradas as mais simples – os blocos de texto se ligam através de um ou mais eixos. Isso quer dizer que o leitor vai ter uma liberdade condicionada na hora da navegação, já que não pode saltar de um eixo para outro. Nas estruturas reticulares não existe um eixo de desenvolvimento predefinido. Nesses casos, existe uma rede de textos que, por apresentar uma navegação livre, permite ao usuário todas as possibilidades de leitura. E a última estrutura, a mista, é aquela que apresenta tanto níveis de estrutura linear como reticular.

Canavilhas (1999) explica que, independentemente da estrutura hipertextual utilizada na internet, a utilização desses recursos significa um afastamento do modelo tradicional da pirâmide invertida. É então que o autor propõe o modelo de “pirâmide deitada” para ser utilizada no jornalismo *on-line*.

Canavilhas (1999) explica que na pirâmide deitada, embora os níveis de informação estejam claramente definidos, o texto não está organizado de acordo com a sua importância informativa, como ocorre na pirâmide invertida. Pelo contrário, essa representação “deitada”, propõe que o leitor possa abandonar a qualquer momento a leitura, sem perder-se no conteúdo, mas que também possa seguir apenas um dos eixos de leitura ou navegar livremente pela notícia.

Para Canavilhas (1999) a pirâmide deitada deve contar com quatro níveis de leitura: A unidade base, o nível de explicação, o nível de contextualização e o nível de exploração. A unidade base seria o *lead*, com as respostas essenciais do jornalismo: o quê, quando, quem e onde. Mas apenas no nível da explicação viria a resposta ao “por quê” e ao “como”, para completar as informações essenciais sobre

o acontecimento. O nível de contextualização seria aquele em que mais informações sobre o acontecimento seriam oferecidas, só que dessa vez em formato textual, ou de vídeo, infografia etc. Já o último nível, o de exploração, seria aquele que ligaria a notícia a outros arquivos externos, uma vez que a internet disponibiliza espaço ilimitado.

Em suma, a pirâmide deitada é uma técnica libertadora para utilizadores, mas também para os jornalistas. Se o utilizador tem a possibilidade de navegar dentro da notícia, fazendo uma leitura pessoal, o jornalista tem ao seu dispor um conjunto de recursos estilísticos que, em conjunto com novos conteúdos multimédia, permitem reinventar o webjornalismo em cada nova notícia (CANAVILHAS, 1999, p.16).

4. AS FONTES DE NOTÍCIA

Para que uma história ganhe aspecto humano, ela precisa estar ilustrada, necessita ter personagem. Não há nenhuma narrativa que vire notícia sem que *alguém*, de alguma forma, seja afetado por ela. A notícia traz consigo a possibilidade de dar voz àquelas pessoas que outrora nunca se pronunciaram. Traz a possibilidade de ouvir aquelas pessoas que sabem muito sobre um assunto. Traz a possibilidade de relatar a visão de uma testemunha. A notícia traz consigo a possibilidade de contar uma história com muitas vozes. Mas, como uma fonte de notícia é selecionada por um jornalista?

Schmitz (2011), que se inspira em Lage (2001), explica que as fontes não contribuem apenas na apuração de uma notícia, mas “passaram também a produzir e oferecer conteúdos genuinamente jornalísticos, levando a mídia a divulgar seus fatos e eventos, mantendo seus interesses” (SCHMITZ, 2011, p.5). De acordo com Pena (2005, p. 57) “a fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato”. Isso significa que uma fonte traz consigo seu parecer sobre um fato, aquilo que ela tem de conhecimento sobre o assunto.

As fontes em jornalismo compreendem pessoas e instituições que podem fornecer informações a respeito de determinado fato ou assunto, seja por seu aspecto testemunhal (por ter vivenciado ou presenciado esse fato), seja por seu aspecto de especialização (profissionais, pesquisadores ou instituições especializadas em determinados temas). Há que se considerar aqui, também, o trabalho de empresas e organizações jornalísticas que atuam na produção e na divulgação de conteúdos noticiosos: assessorias de imprensa e agências de notícias. (NASCIMENTO, 2009, p.89)

Erbolato (1991) simplifica a questão, quando afirma que fonte é qualquer pessoa que vai fornecer informações ao repórter. Mas a discussão relativa às fontes não é tão simples assim. Vale atentar aqui, para a diferenciação existente entre uma “fonte de informação” e uma “fonte de notícia”. Schmitz (2011) esclarece que qualquer informação pode estar disponível a qualquer pessoa. Já uma fonte de notícia precisa de um meio para ser transmitida, uma vez que necessita de um mediador que faça com que seu conhecimento circule.

Schmitz (2011) ressalta também que as informações jornalísticas costumam ser plurais, ou seja, surgem de vários tipos de fontes, das quais o jornalista se utiliza

para confirmar a veracidade do fato que está narrando. “Por isso, hierarquizar as fontes é essencial na atividade jornalística, pois a notícia polifônica converge da diversidade de opiniões, relatos, testemunhos e mídias” (SCHMITZ, 2011, pg. 23). Vários autores classificam os diversos tipos de fontes, de formas diferentes. A seguir, a classificação de fontes sugerida por alguns deles.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DE NOTÍCIA

Schmitz (2011) explica que uma fonte pode ser classificada como primária ou secundária, de acordo com seu envolvimento direto ou indireto com um fato. A *fonte primária* é aquela que, segundo Schmitz (2011, p.24):

Fornece diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação. Geralmente revela dados “em primeira mão”, que podem ser confrontados com depoimentos de fontes secundárias.

Já a *fonte secundária* seria aquela que “contextualiza, interpreta, analisa, comenta ou complementa a matéria jornalística, produzida a partir de uma fonte primária” (SCHMITZ, 2011, p.24).

Para Lage (2001), a fonte primária é aquela em que o jornalista se baseia para pegar as principais informações para sua matéria. Já as fontes secundárias são aquelas que seriam consultadas na hora de se preparar uma pauta, para se construir ideias mais genéricas e se pensar em contextos ambientais.

Pena (2005) considera a fonte primária aquela que tem relação direta com a informação, enquanto a fonte secundária seria aquela utilizada para contextualizar a reportagem, como analistas e cientistas políticos, por exemplo.

De acordo com Schmitz (2011), as fontes também podem ser classificadas por grupos, já que qualquer informação tem uma origem e contextualização e quem informa é reconhecido por sua notoriedade, por ter sido uma testemunha de determinado fato, ou por ser especialista em algo. A primeira das fontes por grupo seria a *fonte oficial* em que “alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas”. Schmitz (2011) defende

que a fonte oficial é a favorita dos jornalistas, já que ela dá a informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, mesmo que às vezes esse tipo de fonte possa contar uma informação falsa para preservar seus interesses.

Lage (2001) define a fonte oficial como aquela que é mantida pelo Estado, ou por instituições que preservam algum poder de Estado. Para o autor, as fontes oficiais podem falsear a realidade, pois têm interesses estratégicos para preservar. Lage também traz o conceito de *fontes oficiosas*, que são aquelas que “reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido” (LAGE, 2001, p. 63). E em sua classificação, Lage também fala sobre a *fonte independente*, ou seja, aquelas que não têm nenhuma relação de poder ou de interesse específico em cada caso.

Schmitz, pensando mais detalhadamente sobre a classificação das fontes, também sugere a classificação de *fonte empresarial*:

Representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Comumente suas ações têm interesse comercial ou institucional e estabelecem relações com a mídia visando preservar sua imagem e reputação (SCHMITZ, 2011, p. 25)

Segundo Schmitz (2011) a problemática da fonte empresarial está justamente pelo poder que ela pode exercer como anunciante e, dessa forma, confundir o que realmente é notícia, com uma publicidade. De qualquer forma, o jornalista não se importa em buscar fontes empresariais “desde que a informação reúna os elementos da noticiabilidade” (SMITCHZ, 2011, p.25).

Schmitz (2011) também conceitua a fonte *institucional*, que seria aquela que representa uma organização sem fins lucrativos ou algum grupo social. “Geralmente ostenta uma fé cega naquilo que defende, o que coloca sob suspeita as informações que fornece, embora seja considerada espontânea e desvinculada de qualquer interesse próprio” (SCHMITZ, 2011, pg.5).

A fonte institucional, de acordo com Schmitz (2011), procura ser ouvida pela mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo, para que suas causas sejam ouvidas e, dessa forma, possam utilizar os meios de comunicação como parceiros.

Outra fonte por grupo é a *fonte popular*, que “manifesta-se por si mesmo, geralmente uma pessoa comum, que não fala por uma organização ou grupo social” (SCHMITZ, 2011, p.25). Além de testemunhar algum fato, essa fonte também é procurada pelos repórteres para contextualizar alguma ação cotidiana.

A *fonte notável* é caracterizada como sendo aquela pessoa que é conhecida pelo seu talento ou fama e que costuma falar sobre si mesma e sobre seu ofício. Vale destacar aqui que “ainda que os especialistas se consideram notáveis, representam uma especialidade, um conhecimento reconhecido, por isso merecem uma tipificação à parte” (SCHMITZ, 2011, p. 26).

Outra fonte classificada por Schmitz (2011) é a *testemunhal* que, segundo o autor, tem a função de agir como uma espécie de álibi para a imprensa. Essa fonte vai relatar aquelas coisas que viu e ouviu, atuando como “portadora da verdade” – isto, claro, se contar a verdade sobre situação vivida. Se a fonte mentir, ou for manipulada, ela para automaticamente de ser uma fonte testemunhal.

Lage (2001) classifica as fontes *testemunhas* e explica que, na maioria das vezes, o testemunho mais confiável é aquele mais recente:

Ele se apóia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa; para guardar fatos na memória de longo prazo, a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual (LAGE, 2001, p. 67)

Schmitz também traz em sua classificação por grupos, o conceito de fonte *especializada*. Para o autor, “trata-se de pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido” (SCHMITZ, 2011, p. 26). Esse tipo de fonte normalmente consegue realizar análises de acontecimentos que o jornalista, sozinho, não consegue realizar.

Lage (2001), por outro lado, contribui com os estudos sobre fontes com a classificação de fonte *expert*. Para o autor, as fontes experts geralmente são fontes secundárias; especialistas que os jornalistas procuram para interpretar os fatos.

E a última fonte por grupo categorizada por Schmitz é a fonte *referência*. Basicamente “aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias” (SCHMITZ, 2011, p. 27). Segundo Schmitz (2011), quando o jornalista for consultar esse tipo de fonte, deve ter certeza da

confiabilidade e da origem dos documentos, uma vez que esse tipo de fonte pode constituir uma prova caso ocorra uma denúncia.

Schmitz (2011) pontua que as fontes também podem ser classificadas de acordo com a ação, porque cada fonte age conforme a sua conveniência, mesmo que suas ações aparentemente tenham o intuito de colaborar com o jornalista.

É por isso que a primeira classificação trazida por Schmitz (2011) é a de fonte *proativa*. Estas seriam aquelas fontes que sempre estão disponíveis ao jornalista e já oferecem a informação com antecedência. Tudo isso para “garantir notoriedade e reconhecimento, tendo em vista a divulgação contínua de seus fatos e interesses” (SCHMITZ, 2011, p. 28). A fonte proativa tenta criar uma imagem positiva de si mesma sempre cedendo as informações com antecedência.

A segunda classificação trazida é a de fonte *ativa*. De acordo com Schmitz (2011, p. 28):

Os jornalistas tendem à passividade, enquanto as fontes interessadas agem ativamente, criando canais de rotinas (entrevistas exclusivas ou coletivas, releases frequentes, sala de imprensa no site da organização, mídias sociais etc.) e o material de apoio à produção de notícias, para facilitar e agilizar o trabalho dos jornalistas.

É um tipo de fonte que também mantém um relacionamento regular com os jornalistas. Schmitz (2011) explica que a fonte ativa usa a mídia para defender seus interesses perante o público e a sociedade.

A terceira fonte por ação é a fonte *passiva*. Schmitz (2011) cita o exemplo das referências bibliográficas, mas explica que pessoas, organizações etc., também podem agir dessa forma. Isso significa que essas pessoas vão se pronunciar apenas quando consultadas pelo jornalista e irão fornecer apenas a informação que lhe foi questionada.

A última fonte dessa categoria é a chamada por Schmitz de *reativa*. “Pessoas e organizações agem discretamente, sem chamar a atenção da mídia (*low profile*) ou para evitar a invasão de sua privacidade, mesmo sendo notórias e detentoras de informações relevantes e de interesse público” (SCHMITZ, 2011. p. 29). Isso significa que algumas pessoas preferem não falar com os jornalistas, evitam a publicidade e a imprensa.

Para Schmitz (2001) uma fonte também pode ser classificada de acordo o crédito, porque este é um elemento básico do jornalismo, uma vez que comumente todas as fontes são identificadas. Assim, para o autor, uma fonte pode ser do tipo

identificada (on), ou, *anônima (off)*. Pela classificação identificada ocorre a identificação precisa da fonte: então, quando o jornalista divulga uma informação em *on*, ele presume que a fonte deseja ser identificada.

Já a fonte *anônima (off)*, é aquela que, de acordo com Schmitz (2011), confia no repórter. O repórter também precisa confiar na fonte anônima para que a origem da informação se torne um sigilo, uma vez que dar uma notícia com uma fonte anônima envolve uma série de questões éticas e deontológicas.

Schmitz explica que “embora sutis, as fontes apresentam qualificações diferentes, conforme a sua credibilidade, proximidade e relação com os jornalistas, ou quando a informação é exclusiva ou partilhada” (SCHMITZ, 2011, p. 31).

Dessa forma a primeira tipificação de fonte trazida por Schmitz, baseada na qualificação, é a de *fonte confiável*. Estas são aquelas fontes que mantêm uma relação estável com o jornalista, que a selecionam pela sua conveniência e confiabilidade. “A confiança também se estabelece pelo histórico de veracidade das informações ou dados fornecidos de forma eficaz, isto é, a informação rápida e verdadeira na hora esperada ou rapidamente” (SCHMITZ, 2011, p. 31).

A segunda fonte apresentada é a fonte *fidedigna*. Nela, “o jornalista também busca as fontes pelos critérios de respeitabilidade, notoriedade e credibilidade” (SCHMITZ, 2011, p. 31). Este tipo de fonte não mantém uma relação de confiança com o jornalista, ao contrário da fonte confiável. Nesse caso, o poder da fonte é exercido por sua posição social, proximidade ou inserção ao acontecimento.

A fonte *duvidosa* é aquela que “expressa reserva, hipótese e mesmo suspeita” (SCHMITZ, 2011, p.31). Por isso o repórter não vai confiar totalmente naquela informação, mas vai considerá-la verdadeira de maneira provisória, até que o contrário seja provado.

Apesar de toda a complexa classificação dos diversos tipos de fontes existentes – a de Schmitz é apenas uma, dentre as mais diversas classificações sugeridas por autores – um ponto é destaque dentro das discussões sobre fontes no jornalismo: quando o próprio jornalista atua como fonte.

Lage (2001) traz considerações importantes sobre o assunto, quando questiona qual o papel do jornalista que atua em uma assessoria de comunicação. “Em que ele se distingue dos colegas que trabalham com o *marketing* ou a publicidade, envolvidos, todos na tarefa de uma construção positiva para a empresa

ou instituição?”. A resposta que Lage traz para esse questionamento reside na atitude de compromisso que ele considera que é a essência do jornalismo.

Assessores de imprensa são jornalistas quando pensam e agem como jornalistas, não como gerentes ou marqueteiros. Na prática, isso significa que devem empenhar-se, no âmbito da organização em que atuam, em valorizar a informação, torná-la instrumento de esclarecimento e avanço da sociedade, confrontar-se com a vocação pelo segredo – que é vício antigo de muitos administradores. Trata-se de impor pelo convencimento um conceito moderno de empresa e instituição – não como entidade do capital ou do poder, mas como espaço de trabalho, onde se desenvolvem tarefas cujo benefício deve ser socializado. (LAGE, 2001, p. 70)

A única forma que um jornalista desempenhando a função de assessor de imprensa tem de atuar, resolvendo os conflitos de interesse, segundo Lage (2001), é através da ética.

5. METODOLOGIA

Para chegar à importante fase deste trabalho - a análise dos materiais dos portais noticiosos G1 e UOL - primeiramente é necessário detalhar as estratégias metodológicas escolhidas para a realização da pesquisa. O que observar em cada um dos registros coletados?

Partiu-se da premissa de que é possível, através da comparação entre os dois materiais selecionados, realizar reflexão e análise a respeito do tratamento dado pela mídia aos assuntos relacionados ao Dia da Mulher. Buscou-se inspiração na análise de conteúdo, cujo tema foi tratado pela autora francesa Laurence Bardin.

O que é análise de conteúdo actualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. (BARDIN, 1977, p. 9)

Segundo Bardin (1977), o esforço existente na interpretação de uma análise de conteúdo fica cambaleando entre dois polos: o do rigor da objetividade e o da abundância, característica da subjetividade.

Não é de interesse metodológico para este trabalho descrever toda a história da análise de conteúdo, mas vale ressaltar que, desde o início do século 20, por quase quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos e nesse período, a maior parte do material analisado era jornalístico (BARDIN, 1977). Por esse motivo, esta pesquisa entende que o procedimento pode ser adequado em relação às observações em específico. É interessante perceber como essa metodologia de análise sempre esteve relacionada ao jornalismo que, por si só, é um campo que também preza o rigor da apuração objetiva, mas que não perde os traços da subjetividade.

E é relevante destacar que “a análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*” (BARDIN, 1977, p. 31). Para Bardin, a análise de conteúdo não é apenas um instrumento, mas uma série de utensílios – ou um utensílio só, se utilizado com mais rigor – que são marcados por suas diferenças de formas e que se adaptam a um campo de aplicações muito grande: as comunicações. Mas existem dificuldades dentro de uma análise:

Quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista à elaboração de técnicas novas. E quanto mais o objecto da análise e a natureza das suas interpretações forem invulgares e mesmo insólitas, maiores dificuldades existirão em colher elementos nas análises já realizadas, para nelas se inspirar. (BARDIN, 1977, p.32)

Bardin (1977) explica que o interesse existente na análise de conteúdo não está na descrição dos objetos analisados, mas sim nas respostas que estes objetos poderão ensinar depois de serem classificados.

Outro ponto esclarecido pela autora é que, quando estudada, a análise de conteúdo parece ter o mesmo objeto de estudo da linguística. Mas não é bem assim. “O objecto da linguística é a língua, quer dizer, o aspecto colectivo e virtual da linguagem enquanto que o da análise de conteúdo é a palavra, isto é, o aspecto individual e actual (em acto) da linguagem” (BARDIN, 1977, p. 43).

Isso significa, basicamente, que enquanto a linguística procura descrever o funcionamento da língua, a análise de conteúdo tem como objetivo conhecer aquilo que se esconde por trás das palavras analisadas (BARDIN, 1977).

Sobre a organização da análise, a autora considera que existem três polos cronológicos que devem ser seguidos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e a interpretação.

A pré-análise seria a fase da organização do trabalho. Corresponde a um período que tem como objetivo sistematizar as ideias iniciais do trabalho, de modo a conduzir as posteriores análises num plano sucessivo de ideias. (BARDIN, 1977).

Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. Estes três factores, não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros (BARDIN, 1977, p. 96)

A fase de exploração do material consiste, basicamente “de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p.101).

Já na fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, o analista trata os resultados brutos de forma que eles se transformem em dados significativos e válidos. O analista pode então propor interferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que tratem de descobertas inesperadas (Idem, p. 101).

Depois de apresentar as fases de organização da análise de conteúdo, Bardin explica a codificação do material. “Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – de dados brutos do texto” (BARDIN, 1977, p. 103). A autora afirma que esta transformação é que vai permitir ao analista, que ele chegue até uma representação clara sobre o conteúdo, e que é aí que as características do texto serão percebidas.

Bardin (1977) explica que a utilização da classificação na análise de conteúdo, impõe que se investigue o que cada elemento tem em comum com o outro. E o que vai permitir que tais elementos se agrupem, é justamente aquelas características existentes em comum entre eles. “É possível, contudo, que outros critérios insistam noutros aspectos de analogia, talvez modificando consideravelmente a repartição anterior” (BARDIN, 1977, p.118).

De posse dessas ideias, a pesquisa opta por observar o seguinte:

1) Quais são as fontes de informação na reportagem?

Neste item, serão explicitadas as fontes que cada edição traz, em relação à função que cada uma delas exerce no texto. Quais são os tipos de fonte de acordo com as categorias propostas pelos autores, já citados no capítulo 4.

2) Quais os perfis das fontes e personagens?

Em relação a esse olhar, serão trazidas as informações atribuídas pelas reportagens aos personagens e fontes, tais como classe social, profissão, atividade e outras características, como idade e cidade em que moram.

3) Quais são os temas discutidos por esses personagens ou ligados a eles?

Aqui, faz-se uma distinção entre a escolha do personagem e a situação em que vive, segundo a reportagem.

4) Qual foi a priorização estabelecida na abertura do texto?

Será observada qual foi a conduta em relação ao primeiro parágrafo da reportagem (considerado sempre como o mais importante da narrativa).

5) Quais são os vídeos e as histórias contadas? Elas ajudam a contextualizar o tema?

Neste tópico é explicitado o tamanho do conteúdo, em segundos, e quais priorizações foram utilizadas.

6) Como é o encerramento do conteúdo?

Avaliação a respeito de quais foram as informações priorizadas.

7) Em que o padrão de conteúdo on-line colaborou para o tratamento do tema

De acordo com a literatura sobre jornalismo on-line, será observado nesse item por que esse material publicado na internet ajuda, ou não, a sociedade a discutir o assunto.

A partir da resposta a esses questionamentos, a análise fará comparações entre os conteúdos em relação aos valores informativos e ao contexto que se aplica nas reportagens publicadas por ocasião do dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher.

6. ANÁLISE

Para entender como se dão as relações entre os temas relacionados ao dia da mulher e a mídia *on-line*, foram selecionadas duas reportagens para integrar o *corpus* desta pesquisa. A primeira delas tem o título: “Mulheres só querem se divertir: Feminismo” e foi publicada no site do UOL, e a segunda delas “Dias de Mulher”, foi publicada no site do G1. As duas reportagens foram publicadas por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Essas duas matérias foram escolhidas para serem objeto de análise desta pesquisa, por apresentarem características típicas do jornalismo *on-line*, como vídeos, hiperlinks, imagens e outros pontos que foram explicitados no capítulo 3. A seguir, a pesquisa trata da análise dos objetos.

6.1 “DIAS DE MULHER” – ESPECIAL DO G1

1) Quais são as fontes de informação na reportagem?

- Informações do Disque 180 – Fonte oficial.
- Rosa – Fonte primária, anônima e testemunhal.
- Marina – Fonte primária, identificada, testemunhal.
- Amanda - Fonte primária, anônima e testemunhal.
- Amelinha - Fonte primária, identificada, testemunhal.
- Beatriz - Fonte primária, anônima e testemunhal.
- Gisele - Fonte primária, identificada, testemunhal e expert.

2) Quais os perfis das fontes?

- Rosa - Tem 24 anos, mas tinha 20 anos à época da história que conta na reportagem. É estudante de medicina na Universidade de São Paulo.
- Marina Ganzarolli – Tem 28 anos, é advogada e pesquisadora. Mora em São Paulo.

- Amanda - Paulistana, tem 27 anos. A reportagem não conta qual é sua profissão, mas diz que ela trabalha.
- Amelinha Teles – Maria Amélia de Almeida Teles, “Amelinha”, é advogada e pedagoga Mineira. Mora em São Paulo. Tem 70 anos. Co-fundadora da União de Mulheres do Estado de São Paulo.
- Beatriz - Tem 37 anos. É casada.
- Gisele Truzzi – Tem 34 anos. É advogada especialista em crimes digitais.

3) Quais são os temas discutidos por esses personagens ou ligados a eles?

Rosa (Nome fictício, utilizado para não expor a fonte)

Rosa é a primeira personagem apresentada na reportagem “Dias de Mulher”. Ela dá um depoimento em que relata que foi estuprada enquanto estava desacordada, em uma festa promovida pela Universidade de São Paulo, em 2011. Rosa ajudou a fundar o Coletivo Geni, de mulheres de medicina da USP, e foi uma das poucas vítimas de violência da Universidade que se pronunciou de forma pública sobre a agressão. A pressão fez com que ela trancasse o curso – por um semestre -, ela porém já retornou às aulas e pretende se formar em meados de 2017.

Marina Ganzarolli

Marina é a segunda personagem da reportagem. Advogada e pesquisadora, ela é muitas vezes procurada para dar apoio e orientação jurídica a estudantes da USP, que foram vítimas de estupro e agressão. Marina também participou de sessões da CPI da Assembleia Legislativa de SP, que investiga se as universidades têm sido omissas ao lidar com acusações de violações de direitos. Ela declara que em muitas ocasiões as meninas se sentem culpadas após sofrerem abusos, mas reitera que a culpa não é das mulheres porque elas não disseram “sim” para a violência. Para Marina, se o estupro for comprovado, o aluno abusador precisa ser julgado. Ela explica que delitos de tamanha gravidade não devem continuar no seio do corpo discente de uma instituição de ensino.

Amanda (Nome fictício, utilizado para não expor a fonte)

Amanda conta a luta que trava para se ver livre das ameaças do homem que foi seu ex-companheiro e é pai de seu filho. Ele era uma pessoa aparentemente normal, mas as agressões começaram quando ela engravidou. Ela ficou meses mudando de casa, cidade e estado, mas ele sempre descobria onde ela estava e isso fez com que ficasse mais de um ano sem sair de casa. O ex-companheiro tirou fotos íntimas dela com as quais a chantageava. Além disso, ela demorou a buscar ajuda, porque ele sempre dizia que “no Brasil ninguém vai preso mesmo”. Amanda imprimiu 160 páginas com mensagens de ameaças e registrou um boletim de ocorrência na polícia. Mesmo assim não conseguiu a medida protetiva - determinação judicial que proíbe o agressor de se aproximar da vítima. Só depois, quando ele enviou áudios a ameaçando, foi que ela conseguiu a medida. Desde então a polícia faz rondas diárias nas proximidades da casa de Amanda. Ela conta que as pessoas a criticavam e diziam que ela gostava de passar por isso. Ele enviou as fotos para o pai de Amanda e para amigos. Para ela, a mulher ainda é bastante desvalorizada e precisa batalhar todos os dias.

Amelinha

A advogada e pedagoga mineira Amelinha, de 70 anos, foi presa e torturada durante a ditadura militar. Ela conta que, nessa época, era uma feminista solitária, mas mesmo com a repressão, ela e um grupo de ativistas começaram a discutir temas relacionados a sexualidade e igualdade de direitos. Foi depois da redemocratização que ela cofundou a União de Mulheres de São Paulo, uma organização que trabalha na formação e promoção do acesso das mulheres à justiça e aos direitos humanos. Atualmente, Amelinha mora na mesma casa que abriga a ONG. Ela já ajudou a formar – pelo menos – 10 mil mulheres no curso de Promotoras Legais Populares. Ela fala sobre a invisibilidade política da mulher, que até hoje existe, mas que antigamente era pior. Ela conta que ninguém tem a compreensão do que é ser mulher e ter que conviver com essa exclusão, que é muitas vezes sutil. Amelinha explica que ninguém se afirma machista. Para ela a confirmação da necessidade do feminismo é a luta pela bandeira feminista.

Beatriz (Nome fictício, utilizado para não expor a fonte)

Beatriz fala sobre uma situação que ocorreu a ela em 2013, quando começou a receber mensagens de estranhos, com elogios ao seu corpo e convites para encontros. Sem entender nada, Beatriz fez uma pesquisa e descobriu que estava listada em um site que oferecia serviços de prostituição, e que 60 fotos suas e um arquivo com todos os seus dados pessoais estavam publicados em sites pornô e em um blog. Apenas ela tinha acesso a essas fotos, que estavam em um HD, e ela conta que brigou com seu namorado por conta disso. Beatriz conta na reportagem, também, que precisou procurar uma advogada especialista em “pornô de vingança” para que conseguisse tirar o material rapidamente do ar. Ela e a advogada suspeitam de quem possa ter cometido o crime, mas dois anos depois do ocorrido, ainda não há comprovação de quem divulgou as imagens. Beatriz acha que poder falar do assunto e alertar outras mulheres é o fechamento de um ciclo em sua vida.

Gisele Truzzi

Gisele conta que quando estava na faculdade fez um blog com o tema direito digital e crimes virtuais, que foi seu trabalho de conclusão de curso. Aos poucos, a advogada começou a receber uma demanda de clientes bastante específica: a de mulheres que tinham tido conteúdos íntimos espalhados pela internet. Ela conta, também, que muitas vezes sofreu ao receber assovios ofensivos na hora de ministrar alguma palestra. Gisele acabou virando referência no assunto, pois começou a atender muitos casos assim. Hoje, ela se sente realizada e feliz por poder ajudar outras mulheres.

4) Qual foi a priorização estabelecida na abertura do texto?

A reportagem “Dias de Mulher” não tem um parágrafo de abertura no texto. O material é todo dividido em vídeos – são seis vídeos, ao todo, com o relato das fontes – em que pequenos textos se seguem a eles.

Ao invés de uma abertura, o repórter escolheu escrever o subtítulo: “Há 40 anos, a ONU definiu o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. A data celebra a luta por direitos conquistados, mas lembra o caminho a ser percorrido. O G1 mostra a história de três mulheres que sofreram violência e de três que dedicam as carreiras para mudar essa realidade”.

Esse subtítulo prioriza a explicação breve e não-aprofundada sobre a escolha da celebração da data do dia da mulher e explica as seis fontes que foram ouvidas para a construção da matéria.

5) Quais são os vídeos, as histórias contadas? Elas ajudam a contextualizar?

Ao todo, para que o especial ficasse pronto, foram produzidos seis vídeos. Cada um deles foi de importância fundamental para a contextualização das histórias contadas, uma vez que o conteúdo especial do G1 é basicamente formado pelos vídeos. Os textos são utilizados apenas para complementar as informações que foram passadas nos vídeos.

O primeiro vídeo, conta a história de Rosa, a moça que foi estuprada em uma festa universitária. Ele tem 2 minutos e 35 segundos. Rosa não aparece no vídeo, mas é sua voz que se ouve narrando os acontecimentos, enquanto fotografias em preto-e-branco – que não a identificam – passam pela tela.

O segundo vídeo tem 2 minutos e 14 segundos e conta a história de Marina Ganzarolli, advogada que muitas vezes é procurada para dar apoio às vítimas de estupro da USP. O vídeo também é construído em forma de narrativa: suas fotos passam pela tela, enquanto ela conta como faz seu trabalho.

O terceiro vídeo tem 3 minutos e 26 segundos e conta a história de Amanda, uma mulher que sofreu ameaças do ex-companheiro e foi chantageada por ele. As fotos que compõe o vídeo não identificam o rosto de Amanda e a narração da história ficou por conta da repórter, que interpretou os fatos.

O quarto vídeo tem 2 minutos e 25 segundos e conta a história de Amelinha, que tem 70 anos, e luta a favor dos direitos das mulheres desde a época da ditadura militar. O vídeo é composto por suas fotos – ela é identificada, claramente – enquanto sua voz narra a história.

O quinto vídeo tem 3 minutos e 34 segundos e conta a história de Beatriz, que foi vítima de “pornô de vingança”. Assim como os outros, esse vídeo também é feito a partir de fotos, mas como todas as vítimas presentes na matéria, o rosto de Beatriz não é identificado. A narração da história também foi feita pela repórter.

O último vídeo tem 2 minutos e 26 segundos de duração, e conta a história de Gisele, uma advogada especializada em crimes digitais. O vídeo é feito a partir da sequência de fotos de Gisele, e a narração da história é feita por ela mesma.

6) Como é o encerramento do conteúdo

O conteúdo do material especial publicado pelo G1 não tem um texto de encerramento. O material é todo focado nos seis vídeos e o usuário tem a opção de escolher que vídeo prefere assistir primeiro. Dessa forma, pode-se entender que nenhum dos temas foi priorizado no encerramento. A única pista é a ordem em que o material foi editado e o fato de que o último vídeo da sequência mostra uma advogada que pode ter a solução para o problema denunciado.

7) Em que o padrão de conteúdo on-line colaborou para o tratamento do tema?

O padrão vídeo, com tratamento especial de fotografia se baseia na estética para atingir o sentimento do usuário. Os vídeos utilizaram fotos em preto e branco que podem sugerir uma intenção de dramatização do tema. Esse mesmo tema, que trata da privação de direitos da mulher é entregue ao usuário em conteúdos que, vistos em conjunto, têm uma unidade, mas que podem ser acessados de forma livre. Os diversos vídeos permitem que o leitor percorra seus próprios caminhos de “leitura” do conteúdo. A possibilidade de agregar diversos vídeos em uma mesma página da web, nesse caso, permite a reflexão sobre diversos temas: estupro, violência, “pornô de vingança”. Além disso a edição oferece soluções através dos exemplos de quem trabalha para ajudar possíveis vítimas.

6.2 ELAS SÓ QUEREM SE DIVERTIR: FEMINISMO

1) Quais são as fontes de informação na reportagem?

- Maria Elisa Cevalco – Fonte primária, expert, identificada.
- Pesquisa Diferenças Globais entre Gêneros, publicada em 2014 pelo Fórum Econômico Mundial – Fonte oficial, de referência.

- Central de Atendimento à Mulher Ligue 180 – Fonte oficial.
- Carmen Hein de Campos – Fonte primária, testemunhal.
- Juliana de Faria – Fonte primária, testemunhal, identificada.
- Jacira Melo – Fonte primária, testemunhal, identificada.
- Gleisi Hoffmann – Fonte primária, testemunhal, identificada.
- Leonardo Sakamoto – Fonte primária e secundária, expert, identificada.
- Maria Ticiania Campos de Araújo – Fonte primária, testemunhal, identificada.
- Emily McCombs – personagem citada
- Roxane Gay – personagem citada
- Djamila Ribeiro - Fonte primária, testemunhal, identificada.
- Carol Marra – Fonte primária, testemunhal, identificada.
- Marina Montali – Fonte primária, testemunhal, identificada.
- Clara Averbuck - Fonte primária, testemunhal, identificada

2) Quais os perfis das fontes e personagens?

- Maria Elisa Cevalco é professora de Estudos Culturais da Universidade de São Paulo.
- Carmen Hein de Campos é advogada e consultora sobre direitos das mulheres.
- Juliana de Faria é jornalista, criadora do site Think Olga e da campanha "Chega de Fiu Fiu" (que luta pelo fim do assédio nos espaços públicos).
- Jacira Melo é diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, entidade que atua no direito à comunicação e na defesa dos direitos das mulheres.
- Gleisi Hoffmann é senadora do PT-PR.
- Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em ciência política pela USP.
- Maria Ticiania Campos de Araújo é advogada e integra a Comissão de Direitos Humanos da OAB do Paraná.

- Emily McCombs, escritora e editora-executiva do site xoJane.
- Roxane Gay é uma escritora norte-americana.
- Djamila Ribeiro é filósofa e blogueira do escritório feminino
- Carol Marra é modelo, atriz e transexual.
- Marina Montali tem 24 anos e é analista de Redes Sociais
- Clara Averbuck é escritora e fundadora do site lugar de mulher

3) Quais são os temas discutidos por esses personagens ou ligados a eles?

Maria Elisa Cevalco

A professora de Estudos Culturais da USP fala sobre transformações históricas e sociais e sobre como elas são lentas, ainda mais quando têm relação com o comportamento humano.

Carmen Hein de Campos

A advogada e consultora sobre direitos das mulheres, que esteve envolvida na elaboração da lei Maria da Penha fala durante a reportagem que a discussão da causa feminista encontra uma barreira no conservadorismo presente no atual Congresso Nacional. Ela acredita que isso é um retrocesso para o país frente às realizações conquistadas ao longo da história. Carmen também fala sobre a falta de coerência na sociedade e sobre a hipocrisia religiosa.

Juliana de Faria

A jornalista, criadora do site Think Olga e da campanha "Chega de Fiu Fiu" fala na reportagem que é importante que a causa feminista seja mais ampla. Juliana também comenta sobre o feminismo radical, em que muitas ideias podem ser entendidas como extremistas, mas que essa é uma percepção errada, decorrente da

falta de conhecimento mais profundo sobre os movimentos. Juliana também fala sobre o empoderamento das mulheres. Ela considera que uma mulher empoderada é uma mulher bem informada, que conhece seus direitos, entende o que é opressão e busca soluções para isso.

Jacira Melo

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, entidade que atua no direito à comunicação e na defesa dos direitos das mulheres, Jacira Melo fala na reportagem sobre a maneira como são criadas as meninas na sociedade atual, crescendo com a ideia preconcebida de que precisam ter medo dos homens. Para ela, isso faz com que as meninas cresçam acreditando que os meninos naturalmente podem impor suas vontades. Para Jacira é deste pensamento preconcebido que se origina, em muitas mulheres, a ideia de que ela fez algo errado e que, por isso, foi agredida.

Gleisi Hoffmann

Senadora do PT-PR, Gleisi aparece na reportagem por ser relatora do projeto que foi aprovado pelo Senado Federal que pretende tornar o feminicídio parte do Código Penal. O feminicídio é o assassinato de uma mulher, motivado por questões de gênero, violência doméstica e/ou sexual. De acordo com Gleisi, não se pode mais ficar impassível diante de tantas barbáries que têm acontecido ultimamente.

Leonardo Sakamoto

O jornalista e cientista político fala na reportagem sobre o direito ao aborto. Para ele, defender esse direito não significa defender que toda gravidez deva ser interrompida, mas defender que as mulheres tenham a garantia de que vão ser atendidas com qualidade – e sem preconceitos – pelo Estado, se assim desejarem.

Maria Ticiania Campos de Araújo

A advogada Maria Ticiania fala na reportagem sobre os atos de discriminação, que muitas vezes passam despercebidos do senso comum. Para ela, o conformismo protege as pessoas da indignação. Maria Ticiania também fala que a mulher ainda precisa se preparar para assumir sua liberdade e tomar consciência de seu papel social, assumir o controle de sua vida, sem preconceitos. Para ela, a mulher tem que ser livre para fazer as suas escolhas.

Emily McCombs

A escritora e editora-executiva do site xoJane, Emily McCombs afirma que algumas discussões como depilar-se ou não encobrem questões muito mais importantes. Ela acredita que a verdadeira discussão se dar no âmbito dos direitos civis, políticos e humanos, a exemplo de mulheres negras que não têm o direito de dirigir e garotinhas que são vendidas como escravas sexuais.

Roxane Gay,

A escritora americana defende em seu livro *Bad Feminist* contradições naturais. O raciocínio dela é simples: ninguém é perfeito, logo o movimento também não pode exigir ações perfeitas.

Djamila Ribeiro

A blogueira da carta capital fala sobre ser feminista e sobre ser uma mulher negra na sociedade atual. Ela fala sobre a luta da mulher negra para ser considerada “sujeito” na sociedade. Djamila acredita que políticas públicas e políticas de inclusão são necessárias para que exista uma mudança de pensamento na sociedade.

Carol Marra

A modelo e atriz, que é transexual, fala sobre o porquê de ser feminista. Ela discorre sobre a luta para ser reconhecida como mulher e sobre como a sociedade ainda tem dificuldades para aceitar o transexualismo.

Marina Montali

A analista de redes sociais Marina fala sobre a legalização do aborto como sendo uma das pautas prioritárias a serem tratadas pela sociedade. Outro tema trazido por Marina é o que ela chama cultura do estupro. Ela defende que esse tipo de atitude precisa ser combatido, já que muitas vezes a mulher é tratada como um objeto.

Clara Averbuck

A escritora Clara fala sobre a sociedade, que ela acredita que privilegia os homens. Outro tema discutido por Clara é o da legalização do aborto. Ela acredita que a ilegalidade é ineficaz e não impede nenhuma mulher de abortar.

4) Qual foi a priorização estabelecida na abertura do texto?

O texto do especial do UOL começa com uma afirmação. “Ser uma mulher feliz significa muita coisa”. A partir dessa frase, a repórter que escreveu a matéria explica o que significa ser uma mulher feliz: “tem a ver com a liberdade de ser, e agir como quiser, com a condição de tomar decisões sobre o próprio corpo. É sobre o direito de ganhar o mesmo salário que um colega homem numa função equivalente e saber que tem a garantia de não ser vítima de violência doméstica”. Depois disso, ainda no primeiro parágrafo, a repórter apresenta um dado da pesquisa de Diferenças Globais entre Gêneros, que foi publicada no ano de 2014 pelo Fórum Econômico Mundial: o estudo indica que ainda serão necessários 81 anos para que exista uma equalização de salários, participação e liderança entre homens e mulheres.

Pode-se perceber aí, que a repórter priorizou na abertura do texto o fato de que ainda existem problemáticas a serem superadas para que uma mulher possa ser feliz na sociedade atual. A repórter apresentou a pesquisa logo na abertura do texto, para conseguir seguir em frente com convicção sobre o tema que está tratando na reportagem: o feminismo.

5) Quais são os vídeos e as histórias contadas? Elas ajudam a contextualizar o tema?

O Especial produzido pelo UOL tem seis vídeos que ajudam a contextualizar o tema. Cada vídeo é uma gravação de uma pessoa explicando o porquê de ela ser feminista.

O primeiro tem 2 minutos e 15 segundos. Quem conta sua história nesse vídeo é Djamila Ribeiro, que faz mestrado em filosofia política na USP e escreve para o blog escritório feminino da Carta Capital. Djamila que é feminista e negra, conta que luta por uma sociedade onde o gênero não seja utilizado como uma forma de hierarquia e de opressão. Ela fala também sobre a luta da mulher negra para ser considerada “sujeito” na sociedade. Djamila acredita que políticas públicas de

inclusão são necessárias para que no longo prazo exista uma mudança de pensamento na sociedade.

O segundo vídeo tem 1 minuto e 42 segundos e é um depoimento gravado da modelo e atriz Carol Marra. Ela conta que se formou em jornalismo, mas que sua vida tomou outro rumo quando tornou-se modelo e atriz. Carol conta que se considera feminista, pois é transexual e luta para ser reconhecida como mulher. Para ela, ser mulher não se resume apenas à “genitália”, mas à postura que a pessoa adota. Carol fala que ainda existe na sociedade uma dificuldade muito grande para que os transexuais sejam aceitos (ela cita o exemplo da dificuldade na utilização do nome social). Para ela, falta na sociedade respeito pelo próximo. Ela acredita que todas as pessoas deveriam ser tratadas como iguais e isso não apenas no papel.

O terceiro vídeo tem 1 minuto e 54 segundos. Nele, Marina Montali, analista de redes sociais, explica que é feminista porque acredita que a sociedade ainda não dá os mesmos direitos aos homens e mulheres. Ela acredita que muitas coisas precisam ser mudadas na sociedade, mas considera a legalização do aborto uma pauta prioritária. Para ela, é uma hipocrisia que o aborto seja criminalizado, pois nada impede que uma mulher que realmente quer abortar, aborte. Ela acredita que o crime apenas faz com que as mulheres ricas – que tem condições de abortar fora do país – abortem com segurança, enquanto as mulheres pobres procuram clínicas clandestinas que muitas vezes provocam a sua morte. Outro aspecto trazido por ela é o da cultura do estupro, que ela acredita que precisa diminuir, pois muitas vezes a mulher é tratada como objeto.

O quarto vídeo tem 2 minutos e 25 segundos. É o depoimento da escritora Clara Averbuck, que tem sete livros publicados, e é uma das editoras do site lugar de mulher. Ela diz, em seu depoimento, que vivemos em uma sociedade que privilegia os homens, e que muitas coisas em sua vida – que antes não faziam sentido – começaram a ser esclarecidas depois que ela passou a enxergar o mundo de forma feminista. Ela acredita que muitas coisas precisam, ainda, ser mudadas na sociedade. Clara fala que as mulheres precisam ter o corpo mais respeitado e também aborda a questão da legalização do aborto. Ela acredita que manter essa prática como ilegal é apenas ineficaz, uma vez que as mulheres continuam abortando – só que morrem. Clara conta que ela própria já fez um aborto, no Brasil,

e que essa é uma realidade que deve ser tratada como um problema de saúde pública.

O quinto vídeo tem 2 minutos e 20 segundos. Ele é um depoimento gravado do blogueiro do UOL Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil, que atua na defesa dos direitos humanos e das minorias. Ele acredita que ser homem na sociedade atual é um trabalho diário de “deseducação”, porque a sociedade educa os homens a exercerem um papel de “macho”. Para ele, a sociedade programa os homens para serem “idiotas” e de certa maneira, o homem é oprimido por causa disso, se não agir dessa determinada forma. Para Leonardo, é necessário manter os direitos de gênero na pauta principal das preocupações do país.

O sexto e último vídeo tem 2 minutos e 2 segundos. Nele, a jornalista e fundadora do site Think Olga, Juliana de Faria, conta que é feminista porque acredita na equidade entre homens e mulheres e acredita nos direitos iguais para todos. O que ela acha que precisa mudar urgentemente é a forma como a mulher é entendida, percebida e representada na sociedade.

6) Como é o encerramento do conteúdo?

A repórter encerra o conteúdo do texto, no último parágrafo, explicando que ter o direito de optar deve ser o principal foco da busca feminista, cujo objetivo nada mais é do que assegurar uma vida mais prazerosa para todos. Ela termina o texto, destacando o fato de que o feminismo – seja ele polêmico, popular, contestador – é fundamental.

7) Em que o padrão de conteúdo on-line colaborou para o tratamento do tema?

Logo na abertura da página, aparece um vídeo ilustrativo de mulheres caindo em uma piscina, enquanto a música “Girls Just Wanna Have Fun”, de Cindy Lauper, que dá nome ao especial, toca ao fundo. Essa é uma forma bem característica para chamar a atenção do leitor. Este, assim que acessa a página, já se depara com uma forma de conteúdo multimídia. Só este detalhe já garante uma diferença desse

especial, se comparado a outros materiais convencionais e lineares comumente utilizados na publicação de reportagens.

Além disso, a própria plataforma utilizada traz a possibilidade de inserção de diversas cores diferentes como plano de fundo do texto. A cada rolamento da página, surge uma nova imagem, ou uma nova cor, ou hiperlink ou infográfico que permite que o leitor interaja de forma mais profunda com o conteúdo que está sendo tratado.

No meio da reportagem, a autora insere também um pequeno teste que o usuário pode fazer, para descobrir se é machista ou não. Nele, pequenos vídeos sobre situações cotidianas ilustram uma relação entre homens e mulheres, e o usuário tem que opinar sobre o assunto. No final do teste o leitor é apresentado a um quadro estatístico com a porcentagem das respostas dadas. Uma forma democrática de interação e participação no próprio conteúdo..

É possível perceber, dessa forma, que o padrão de conteúdo on-line contribui de maneira excepcionalmente significativa para a melhor compreensão e apresentação do tema. A vantagem mais clara é permitir ao repórter que interaja com o público, permitindo ao leitor, também, que perceba um mesmo tema por meio de várias sensações.

6.3 QUADRO-RESUMO

	Dias de mulher	Elas só querem se divertir: Feminismo
Número de personagens utilizadas	6	13
Quantidade de vídeos	6	6
Fontes falando sobre feminismo	1	13
Fontes falando sobre estupro	2	1
Fontes falando sobre aborto	0	3

6.4 “DIAS DE MULHER” E “ELAS SÓ QUEREM SE DIVERTIR”

A diferença na produção de conteúdo entre os especiais produzidos, um pelo portal noticioso do G1 e o outro pelo UOL, é percebida facilmente, assim que as duas páginas são comparadas.

A reportagem do G1, apesar de explorar com sucesso o recurso do vídeo para a produção de seu material, não traz em seu conteúdo um aprofundamento maior, nem uma discussão mais elaborada sobre o tema tratado: feminismo e o Dia da Mulher. Aparentemente opta por garantir ao usuário o direito de tirar as próprias conclusões.

Já o conteúdo apresentado pelo UOL no especial “Elas só querem se divertir” tem características diferentes e que chamam a atenção do leitor, desde o design da página, até a utilização de infográficos, artes, fotos e enquetes no meio do texto.

Além desse aspecto – digamos – gráfico, em que o G1 é mais econômico e tem apresentação simplificada, contra uma elaboração maior dos elementos, por parte do UOL, é também notável a diferença no número de fontes utilizadas para dar consistência ao material dos dois objetos comparados: o especial do UOL traz uma quantidade maior de fontes que se dispõe a opinar e a falar sobre o feminismo, o que torna o conteúdo mais rico, no sentido de que é explorado por mais pontos de vista e opiniões.

O especial do G1 é visivelmente mais pobre nesse sentido. A reportagem fundamentalmente se constrói em cima dos seis vídeos produzidos. Nenhum dos vídeos possui imagens em movimento – todos são narrações cobertas por fotografias - o que, apesar de atender ao objetivo proposto, deixa a desejar em termos de interesse visual.

O fato de não haver um texto no especial do G1 também é outro ponto a ser analisado. Apesar de uma proposta interessante – a de que os meios *on-line* não precisam necessariamente de texto para produzirem uma notícia – a sensação que deixa é que o material de vídeo não foi suficientemente contextualizado dentro da plataforma. Entende-se a mensagem do especial claramente, mas a falta de uma camada de explicação se faz presente quando o conteúdo é analisado como um todo.

E, além disso, é importante observar as características comuns às personagens que ilustram as reportagens: apesar de não explicitado em lugar

algum, é possível perceber que todas essas personagens pertencem a uma classe social média ou alta. Observando-se as profissões declaradas, é fácil perceber o quanto aquelas pessoas que estão ali, se pronunciando, têm condições financeiras e sociais estáveis.

Em nenhum momento, em qualquer dos dois especiais, sequer uma pessoa de classe baixa foi ouvida, questionada ou citada. Nenhuma das mulheres ali retratadas convive com a fome, a pobreza e a violência, diariamente. Nenhuma delas é, verdadeiramente, excluída da sociedade. Avaliando-se a apresentação do material, observa-se uma tendência estética quase de *shopping center*. Tudo muito “*clean*”, montado artisticamente e seguindo regras preestabelecidas. As opiniões retratam até algumas vítimas, seus pensamentos filosoficamente elaborados, mas sem retratar qualquer tragédia do momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As notícias são construídas, como se afirma neste trabalho, a partir de critérios de noticiabilidade. Um – entre os muitos papéis do jornalista – é conseguir interpretar esses critérios e passar para a sociedade aqueles acontecimentos e fatos que ele considera mais importantes. Nem sempre o jornalista escolhe aquilo que vai virar notícia. Alguns acontecimentos são notícia por si só e merecem estar na agenda jornalística, independentemente da escolha dos repórteres.

Os temas relacionados a mulheres, por exemplo, deveriam estar sempre na pauta jornalística. Não apenas no Dia Internacional da Mulher – ocasião em que as duas matérias analisadas como objeto deste trabalho foram produzidas. Mas todos os dias, sendo abordados por diversos pontos de vista e de formas diferentes.

As duas reportagens especiais tratam de assuntos bastante importantes para a sociedade: de feminismo, de violência contra a mulher, de luta por igualdade, de luta por um futuro melhor. Com abordagens diversas, as duas utilizaram-se da plataforma da *web* para criar conteúdos interativos e que chamassem a atenção da população para causa feminista. O especial do G1 foi produzido de forma mais simples, enquanto o especial do UOL utilizou vários recursos multimídia para enriquecer o seu material.

Na comparação, percebe-se diferenças significativas no que tange à produção de conteúdo dos dois portais noticiosos. O UOL, por exemplo, conseguiu aproveitar os espaços fornecidos pela internet para criar um conteúdo mais completo e contextualizado, mas outras considerações precisam ser feitas sobre os objetos de análise.

Aqui é importante ressaltar que o papel do jornalista não pode se resumir em dar voz a algumas poucas mulheres: também é papel do profissional mostrar a realidade que as mulheres pobres e excluídas vivem. A realidade da violência, do machismo, da opressão, atinge a todas as classes sociais. Mostrar que muitas mulheres pobres não têm consciência de que estão, muitas vezes, sofrendo apenas por serem mulheres e sem que exista nenhuma outra justificativa para isso.

O papel do jornalismo é dar voz a todas as mulheres. Aquelas que têm a coragem de se pronunciar mais comumente são as que têm consciência de que foram violadas, que sabem sobre seus direitos, que sabem que precisam lutar. Até

no caso da transexual que dá seu depoimento na reportagem especial “Elas só querem se divertir” – ela também, como atriz e modelo, apesar de fazer parte de um segmento da sociedade considerado excluído – demonstra consciência clara em relação aos seus direitos e dificuldades.

A grande questão que se apresenta à reflexão é que o material jornalístico precisa ser plural, tratar do maior número de tensões e conflitos para que de verdade represente a sociedade. Editar um material especial no dia das mulheres e no dia a dia, deixar de tratar os males provocados pelo machismo como um problema presente na sociedade, é ir contra os critérios de noticiabilidade que deveriam ser respeitados pelo repórter. Ouvir apenas fontes de uma determinada classe social, de certa forma, também faz com que exista um distanciamento de parte dos outros segmentos da sociedade.

O jornalismo comprometido deve perceber que a escolha das fontes é um dos pontos essenciais para a construção de uma notícia. Além disso, é papel do jornalismo agir como um transformador da sociedade. Dar voz a quem não a tem é uma das formas de fazer isso.

E o jornalismo on-line, por oferecer novas e diversas formas de construção de uma notícia, por permitir que um conteúdo seja tratado em um espaço infinito, garante todas as ferramentas que um repórter interessado pode manejar para dar o tratamento adequado a qualquer assunto. O jornalismo na web é o jornalismo onde todas as pessoas podem ser ouvidas, onde todos podem interagir, onde todos podem opinar. É o portal por onde as notícias ganham o mundo e vão ter repercussão cada vez mais rapidamente.

Vale destacar, que a pesquisa no âmbito científico relacionada a temas sobre o feminismo e a mulher, ainda tem muito no que avançar. Este trabalho explorou apenas uma, das várias possibilidades de cobertura jornalística sobre o tema. As notícias aqui exploradas foram todas reportagens especiais. Para tornar a pesquisa ainda mais enriquecedora, seria interessante fazer uma análise de outras notícias, talvez aquelas que trouxessem um carácter mais factual ao tema.

Assim como é papel do jornalista se comprometer com a sociedade também é papel da pesquisa científica incentivar um pensamento crítico sobre o assunto. Com toda certeza mais pesquisas podem ser feitas sobre o tema, que permitam questionar, acrescentar e melhorar o ponto de vista dos jornalistas sobre o processo de produção de notícias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luiz. **Jornalismo matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**, Lisboa, 1977.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22040972/1450934450/name/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2015

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo. Redação, captação e edição no jornal diário**. São Paulo. ática. 2003

KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**, São Paulo, Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem. Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro. 2001.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo, Editora Ática, 1998.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e Implicações do Jornalismo na WEB**, trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM, Lisboa, 2001.

NASCIMENTO, Patricia Ceolin. **Técnicas de redação em jornalismo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó, Argos, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra, MinervaCoimbra, 2000.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa/PT, Ed. Vega, 1993.

_____. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística: Uma Comunidade Interpretativa Transnacional**. Florianópolis, Insular, 2ª edição, 2006.

_____. Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias São como São. Florianópolis, Insular, 2ª edição, 2005.

WARD, Mike. **Jornalismo Online**. São Paulo: Roca, 2006

WEBER, Carolina Teixeira. **Gatekeeper e gatwatching: repensando a função de selecionador no webjornalismo**. In: Intercom Sul 2010 – XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 05, 2010, Novo Hamburgo. Anais... Novo Hamburgo, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 2ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1992.

ANEXOS

1. GAROTAS SÓ QUEREM SE DIVERTIR: FEMINISMO

LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE

Faz tempo que uma coisa virou sinônimo da outra, e esse ranço segue firme e forte há décadas: falou em feminismo, pensou em mulher chata, feia e mal amada. A verdade é que, no meio do caminho, a luta do sexo feminino pelo próprio espaço tropeçou numa visão sombria: uma distopia na qual os homens são oprimidos. Calma, caras! A mensagem do futuro diz que as mulheres também só querem ser felizes.

Texto **Mariana**

Tramontina

Design **Mariana Romani**

Ser uma mulher feliz significa muita coisa. Tem a ver com a liberdade de ser e agir como quiser, com a condição de tomar decisões sobre o próprio corpo. É sobre o direito de ganhar o mesmo salário que um colega homem numa função equivalente e saber que tem a garantia de não ser vítima de violência doméstica. Mas, em 2015, nada disso é certeza em lugar algum do mundo, pelo menos de acordo com a pesquisa Diferenças Globais entre Gêneros, publicada no ano passado pelo Fórum Econômico Mundial. O estudo indica, por exemplo, que olhando só para o mercado de trabalho ainda levará 81 anos para haver uma equalização de salário, participação e liderança.

A questão é que não vai dar mais para esperar. E essa igualdade, em uma sociedade dominada pelo machismo, só virá com muita militância e choque, assim como ocorreu com toda mudança social importante. Nem sempre lembramos que a vida das mulheres já passou por grandes mudanças. Trabalhar, estudar, votar, praticar esportes, ter prazer... tudo era assunto proibido há pouco mais de meio século. As conquistas vieram graças aos movimentos feministas, que atravessaram gerações dando a cara à tapa - literalmente. E foi preciso que algumas pessoas fizessem barulho e gritassem mais alto para serem ouvidas. Talvez seja esse

momento, o da defesa irrestrita da igualdade entre gêneros, o princípio daquela imagem preconceituosa que recai sobre a militância.



Há quem acredite que o feminismo seja exatamente o oposto do machismo, mas desfazer esse conceito equivocado é mais simples do que parece: o primeiro luta pela igualdade; o segundo, pela manutenção da "superioridade" masculina. Aquela ideia de que as mulheres querem dominar o mundo e destruir os homens tem muito mais a ver com sexismo, e aí é outra história.

O regime machista é uma herança secular. O prevaletimento da força física transformou o homem em dominador e relegou à mulher um papel social passivo. E mudar isso depois de tanto tempo dá trabalho. "Transformações históricas e sociais são lentas, principalmente em relação ao comportamento humano. Quando a

mudança não acontece devagar, chama-se revolução, que é quando a gente tem medo que mude tudo o que já sabemos", afirma Maria Elisa Cevasco, professora de Estudos Culturais da USP (Universidade de São Paulo).

Para uma mudança realmente perceptível, a pesquisadora reconhece que é necessário um trabalho intenso de conscientização. "Começa em casa, com a criação das crianças e com igualdades entre os sexos desde pequenos, sem aquela coisa de 'menina é frágil' e 'menino não chora'. E com os adultos é preciso ter muita, muita conversa". Já para Carmen Hein de Campos, advogada e consultora sobre direitos das mulheres, a situação é um pouco mais delicada: "Precisamos de uma outra sociedade".

AI SE EU TE PEGO!

No ano passado, a militância feminista ganhou mais visibilidade quando artistas e celebridades tão diferentes entre si como Beyoncé, Emma Watson, Pitty e Valesca Popozuda passaram a defender abertamente suas posições. O tema havia, enfim, saído do armário de novo para quem quisesse e, principalmente, quem não quisesse ouvir. E na mesma proporção que essa pegada pop trouxe uma nova onda de debates, as ativistas também foram jogadas no olho de um furacão de ódio, ofensas e intolerância. O trunfo ideal para esse contra-ataque do preconceito foi o anonimato da internet. "Uma das coisas mais chocantes com a qual tenho experiência é a violência online contra as mulheres. Somos ameaçadas de estupro, de mutilação, de morte", afirma a jornalista Juliana de Faria, criadora do site Think Olga e da campanha "Chega de Fiu Fiu", que luta pelo fim do assédio nos espaços públicos.

A explicação de especialistas para essa agressão é simples: machismo. É esse conceito que condiciona o comportamento masculino a um patamar de possessão quando a questão é o corpo da mulher, principalmente em relação à violência, seja ela no ambiente virtual ou real. "As meninas são criadas com a ideia de ter medo dos homens, e internalizam que os meninos podem impor suas vontades", afirma Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, entidade que atua no direito à comunicação e na defesa dos direitos das mulheres. "E quando a mulher é agredida, ainda se pergunta o que é que ela fez de errado",

completa. É deste princípio que parte o lema do movimento global Marcha das Vadias, com seguidores por todo o Brasil: "Não nos ensine como vestir. Ensine eles a não estuprar".

Mas a opressão ainda mostra um fôlego estarrecedor. Dados da Central de Atendimento à Mulher Ligue 180, do órgão federal Secretaria de Políticas para as Mulheres, alertam que as denúncias de violência sexual no Brasil aumentaram mais de 40% no ano passado em relação a 2013, com o estupro no topo das acusações. E tem mais: em 81% dos casos, os autores das agressões são pessoas próximas da vítima e com algum vínculo afetivo. Sabe aquela história de ninguém meter a colher em briga de marido e mulher? Pois é. E muitas ainda acabam em morte.

Existe um nome para isso, que ainda nem está nos dicionários: feminicídio, o assassinato de uma mulher motivado por questão de gênero, violência doméstica e/ou sexual. No final do ano passado o Senado aprovou a inclusão no Código Penal desse crime, "apelidado" de passional, com agravante de 12 a 30 anos de reclusão. Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora do projeto, a homologação foi uma resposta às declarações do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que afirmou em plenário que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque "ela não merece". "Não podemos ficar impassíveis diante de tantas barbáries que têm ocorrido ultimamente", ressalta a senadora.

NESTE MOMENTO, CERCA DE UMA EM CADA CINCO MULHERES NOS EUA FOI VÍTIMA DE ESTUPRO OU TENTATIVA DE ESTUPRO. E MAIS DE UMA EM CADA QUATRO MULHERES SOFREU ALGUMA FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ISSO NÃO ESTÁ CERTO. ISSO TEM QUE TERMINAR

Barack Obama, presidente dos EUA, no Grammy 2015



Imagens: RIEN

É um embate cultural que trava batalhas polêmicas e questiona o direito sobre o próprio corpo, desde a liberdade básica de andar na rua sem ser assediada até a autonomia da mulher na escolha do parto e a legalização do aborto. "Não há alguém, em sã consciência, que seja a favor do aborto", afirma o jornalista Leonardo Sakamoto, doutor em ciência política pela USP. "Defender o direito ao aborto não é defender que toda gestação deva ser interrompida, e sim [defender] que as mulheres tenham a garantia de atendimento de qualidade e sem preconceito por parte do Estado se assim fizerem essa opção", completa.

Os dados sobre a violência sexual de 2014 corroboram o que historicamente existe na sociedade machista: o comportamento e o corpo feminino são vistos como

propriedade de livre acesso do homem. "Isso é bem evidente no Brasil, onde parece que algumas atitudes são aceitáveis, desde a cantada explícita na rua de um desconhecido até um assédio discreto no ambiente de trabalho", explica a advogada Maria Ticiania Campos de Araújo, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Paraná.



Para a advogada Carmen Hein, que esteve envolvida na elaboração da lei Maria da Penha instituída em 2006, a discussão da causa esbarra no conservadorismo presente no atual Congresso Nacional. "[Essa cúpula] É um retrocesso para o país frente às realizações conquistadas ao longo da história. Mas a falta de coerência na sociedade e a hipocrisia religiosa também são obstáculos muito grandes", afirma, reconhecendo que a briga pelos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil ainda será pesada.



QUE NEGÓCIO É ESSE?

Se os direitos sobre o corpo caminham a passos lentos, o mercado de trabalho está com as portas entreabertas. Segundo uma pesquisa recente da empresa de consultoria Ernst & Young, o sexo feminino representa 48% da força de trabalho global do setor público, sendo que apenas 20% desse total são cargos de liderança dentre os países do G20. Aliás, você sabia que atualmente só 10% dos governos mundiais são chefiados por mulheres? Elas somam 19 líderes, em países como Alemanha, Dinamarca, Kosovo, Coreia do Sul e Brasil.

Levando em conta que a mulher brasileira apresenta maior escolaridade e que sua renda mensal é, em média, 30% menor que a de um homem na mesma situação, ainda há muito a ser trabalhado. Até na Suécia, país com alto índice de igualdade social, circulou uma campanha sobre o sofrimento feminino no mercado de trabalho. Em vídeo, Annelie Nordström, presidente do maior sindicato sueco, o Kommunal, responde à pergunta: "O que uma mulher precisa fazer para ganhar mais?". Reposta curta, direta e irônica: "Seja um homem".



Se existe uma discriminação velada, é a maternidade que muitas vezes leva a culpa. A possibilidade de uma funcionária engravidar e se afastar de suas funções enquanto recebe salário é encarada pelas empresas como um prejuízo iminente.

Na Islândia, considerado o melhor país do mundo para o sexo feminino no ranking de igualdade do Fórum Econômico Mundial, houve uma mudança na lei que facilitou a vida das mulheres: a ampliação da licença paternidade para nove meses. São três meses exclusivos para a mãe, três para o pai e outros três que podem ser divididos como o casal desejar. Assim, as empresas não podem mais encarar somente as mulheres como um "fator de risco".





Parece, mas não é. Essa imagem rodou o mundo por décadas sendo má interpretada. Segundo a própria garota da foto, a norte-americana Ninalee Craig, a expressão dela não era de sofrimento. "Eles estavam se divertindo e eu também", contou ela recentemente ao jornal "The Guardian". "Eram tempos difíceis [na Itália], logo após a guerra, e homens de todas as idades estavam pelas ruas do centro. Eu estava encantada, mas pessoalmente não vejo nada errado com um assobio elogioso".

RADICAIS LIVRES

O esforço para acabar com a ideia de que a mulher é mais frágil do que o homem é a mesma desde os tempos de Simone de Beauvoir, escritora francesa e autora da bíblia feminista "O Segundo Sexo" (1949). Enquanto isso não acontece, a militância segue em constante construção, renovando suas integrantes e trazendo novas questões. Há diversas ramificações dentro do movimento e cada uma propõe uma maneira particular para acabar com o machismo. Há quem queira repensar o capitalismo e transcender a discussão de igualdade para qualquer grupo que se julgue oprimido, assim como há quem brigue pelo direito de fazer topless em paz na praia ou pela sutil liberdade de não precisar se depilar e nem ser julgada por isso.

Toda independência de decisão é bem-vinda, mas não quer dizer que exista unanimidade entre as bandeiras. Emily McCombs, escritora e editora-executiva do site xoJane, argumenta que discussões sobre depilação, por exemplo, encobrem questões mais importantes:

EU NÃO DOU A MÍNIMA PARA O QUE VOCÊ FAZ COM SUA CARA, SEU CORPO, SEU PESO OU O QUE QUER QUE SEJA. VAMOS FALAR DE DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E HUMANOS, SOBRE MULHERES NEGRAS QUE NÃO TÊM O DIREITO DE DIRIGIR E GAROTINHAS QUE SÃO VENDIDAS COMO ESCRAVAS SEXUAIS. OS DEBATES SOBRE VAGINAS PELUDAS SÃO COMPLETAMENTE IRRELEVANTES

Emily McCombs, editora-executiva do site xoJane

Do outro lado está a escritora norte-americana Roxane Gay, que diz abominar qualquer exigência ou restrição. Em seu livro "Bad Feminist" (Má Feminista, em tradução livre, ainda sem edição no Brasil), ela defende as contradições naturais. O raciocínio dela é simples: ninguém é perfeito, logo o movimento também não pode exigir ações perfeitas. "[Sou] Uma mulher que ama cor-de-rosa e gosta de enlouquecer e às vezes mexer o traseiro dançando músicas que são terríveis para as mulheres. Sou uma má feminista porque eu nunca quis estar no Pedestal Feminista", afirma.

Para Juliana de Faria, do site Think Olga, é importante que a causa seja ampla. "As mulheres são muito diferentes, precisa tentar abraçar a todas. Existe muita ignorância sobre o feminismo radical, por exemplo. Algumas ideias de algumas correntes podem ser entendidas como extremistas, mas essa percepção é equivocada, pois falta conhecimento mais profundo sobre os movimentos. Em comum, todas queremos empoderar mulheres. E, para isso, podemos trabalhar todas juntas", afirma.



É PARA LÁ QUE EU VOU

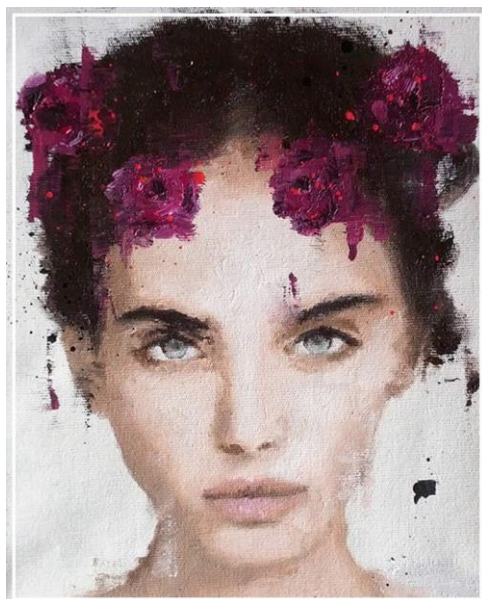
"Empoderar" é outra palavra que saiu do armário para ajudar as mulheres na busca pela liberdade. "Uma mulher empoderada é uma mulher bem informada. Ela sabe dos seus direitos, entende o que é opressão e busca soluções para isso", define Juliana de Faria. A advogada Maria Ticiania Campos de Araújo compartilha dessa ideia. Ela acredita que muitas vezes as pessoas não percebem um ato de discriminação. "Fomos condicionadas a aceitar certos modelos de conduta. O conformismo nos protege da indignação", afirma.

Em pleno 2015, não há dúvidas que a igualdade de gêneros ainda tem muito a caminhar no mundo. E os movimentos feministas continuarão sendo a mola propulsora para desafiar o sistema e promover mudanças sociais que possibilitem essa nova relação entre as pessoas. Não se trata de defender uma "ditadura feminista" - o que, no final, só se aproximaria da dinâmica machista.



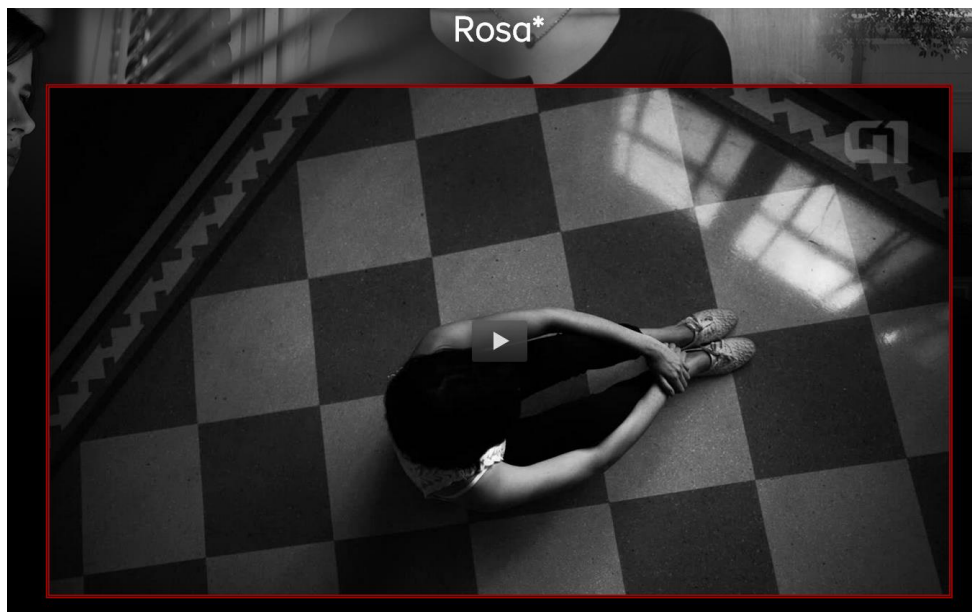
"O principal é que a mulher ainda precisa se preparar para assumir essa liberdade que vem vindo. E isso significa, a partir da consciência do seu papel social, assumir o comando pela construção da sua vida, sem preconceitos e padrões pré-determinados", afirma Maria Ticiana Campos de Araújo. "A mulher é livre para escolher se casar ou não, ter filhos ou não, cozinhar ou não, trabalhar fora ou dentro de casa", completa.

Ter o direito de optar é o principal foco dessa busca feminista por uma vida mais prazerosa para todos. E a questão afeta até aquelas mulheres veneradas, talentosas e que parecem ter tudo: no palco glamouroso do Oscar, Patricia Arquette, vencedora do prêmio de melhor atriz coadjuvante, usou seu discurso para mostrar que também não está satisfeita com a situação. "Dedico [o prêmio] a todo cidadão que já lutou por igualdade de direitos", disse. Porque o feminismo, seja pop, polêmico ou contestador, é fundamental.



2 DIAS DE MULHER

Há 40 anos, a ONU definiu o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. A data celebra a luta por direitos conquistados, mas lembra o caminho a ser percorrido. O G1 mostra a história de três mulheres que sofreram violência e de três que dedicam as carreiras para mudar essa realidade.



Perfil

Rosa*

Quando era caloura de medicina da USP, em 2011, Rosa* foi encontrada desacordada em uma festa universitária. Ela tinha 20 anos à época. Dias depois, testemunhas lhe contaram que um homem foi flagrado com ela, e ela então

percebeu que havia sido vítima de violência sexual em estado vulnerável. Até hoje o inquérito do caso não foi concluído.

O que eu penso é que não tenho que ter vergonha do que aconteceu comigo. Eu não tive culpa nenhuma e se a exposição [do caso] ajudar a dar visibilidade ao assunto, eu tenho que fazer isso mesmo

Desde então, ela ajudou a formar o Coletivo Geni, de mulheres da medicina da USP, e foi uma das poucas vítimas de violência na universidade a falar publicamente sobre seu caso. A pressão a levou a trancar o curso por um semestre, mas ela, atualmente com 24 anos, retomou as aulas e pretende se formar em meados de 2017.

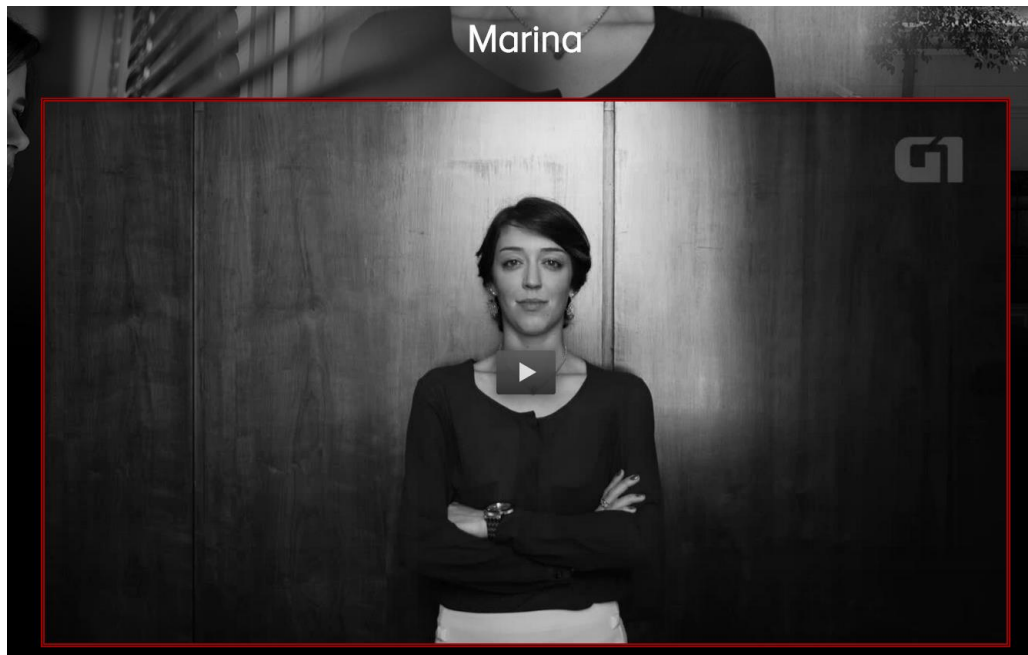
*O nome foi trocado para preservar a identidade da entrevistada

O que fazer em casos de:

Estupro

- Não tome banho ou troque de roupa antes de passar por um exame médico
 - Disque 180 para obter orientações (a ligação é gratuita e anônima)
 - Vá à unidade de saúde de emergência mais próxima para o exame e para tomar a pílula do dia seguinte e medicamentos de prevenção de doenças)
 - Exija uma cópia do laudo médico que comprova o estupro; ele serve como prova judicial
 - Peça que uma pessoa de confiança te acompanhe até a Delegacia da Mulher mais próxima
- (veja no mapa: <http://clique180.org.br/services/delegacia-especializada-de-atendimento-a-mulher-deam>)
- Registre um boletim de ocorrência de estupro, é a única maneira para que o crime seja investigado

Fonte: www.clique180.org.br



Perfil

Marina Ganzarolli

A advogada e pesquisadora Marina Ganzarolli, de 28 anos, tem sido frequentemente procurada para dar apoio e orientação jurídica a estudantes da USP vítimas de estupro e agressão. Participou também de sessões da CPI da Assembleia Legislativa de SP que investiga se as universidades têm sido omissas para lidar com acusações de violações de direitos.

As meninas se sentem culpadas. 'Eu ofereci carona. Eu bebi. Eu conversei com ele.' Mas você não disse sim a um ato sexual. E aí reside toda a diferença

Em 2007, ela ajudou a fundar o Coletivo Dandara na Faculdade de Direito da USP, primeiro grupo de feministas de um curso de direito no estado, para debater a igualdade de gênero no curso. Também é mestranda, e pesquisa o discurso de legisladores e juízes na hora de redigir leis e anunciar decisões judiciais relacionadas aos direitos das mulheres.

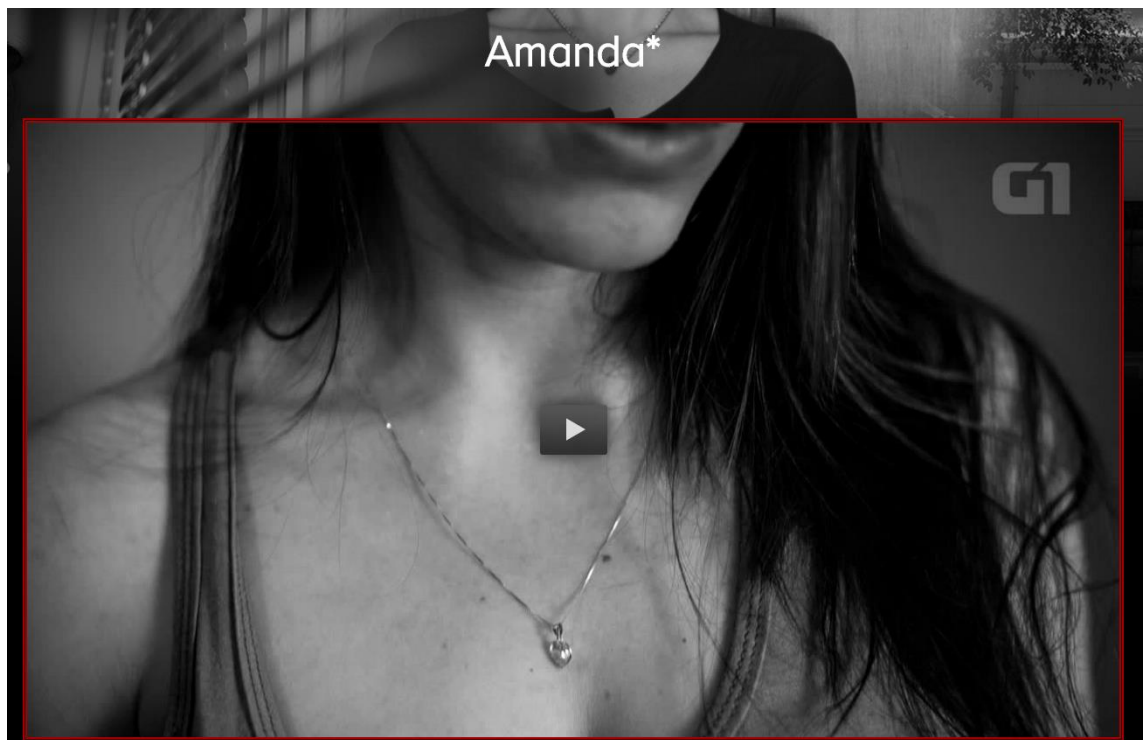
O que fazer em casos de:

Estupro

- Não tome banho ou troque de roupa antes de passar por um exame médico
- Disque 180 para obter orientações (a ligação é gratuita e anônima)

- Vá à unidade de saúde de emergência mais próxima para o exame e para tomar a pílula do dia seguinte e medicamentos de prevenção de doenças)
- Exija uma cópia do laudo médico que comprova o estupro; ele serve como prova judicial
- Peça que uma pessoa de confiança te acompanhe até a Delegacia da Mulher mais próxima
(veja no mapa: <http://clique180.org.br/services/delegacia-especializada-de-atendimento-a-mulher-deam>)
- Registre um boletim de ocorrência de estupro, é a única maneira para que o crime seja investigado

Fonte: www.clique180.org.br



Perfil

Amanda*

Ela luta para se ver livre das ameaças constantes do ex-companheiro e pai de sua filha. Depois de meses mudando de casa, cidade e estado, a paulistana imprimiu 160 páginas com mensagens de ameaças e registrou um boletim de ocorrência, mas não conseguiu a medida protetiva - determinação judicial que proíbe o agressor de se aproximar da vítima.

Acho que a mulher ainda é bastante desvalorizada

Quando ficou sabendo que ela foi até a polícia, o ex enviou áudios com ameaças graves - e foi com essas provas que a Justiça decidiu assegurar a distância entre os dois. Hoje, uma ronda da guarda civil passa diariamente em frente à casa de Amanda, que tem 27 anos. Apesar disso, ela ainda sente medo.

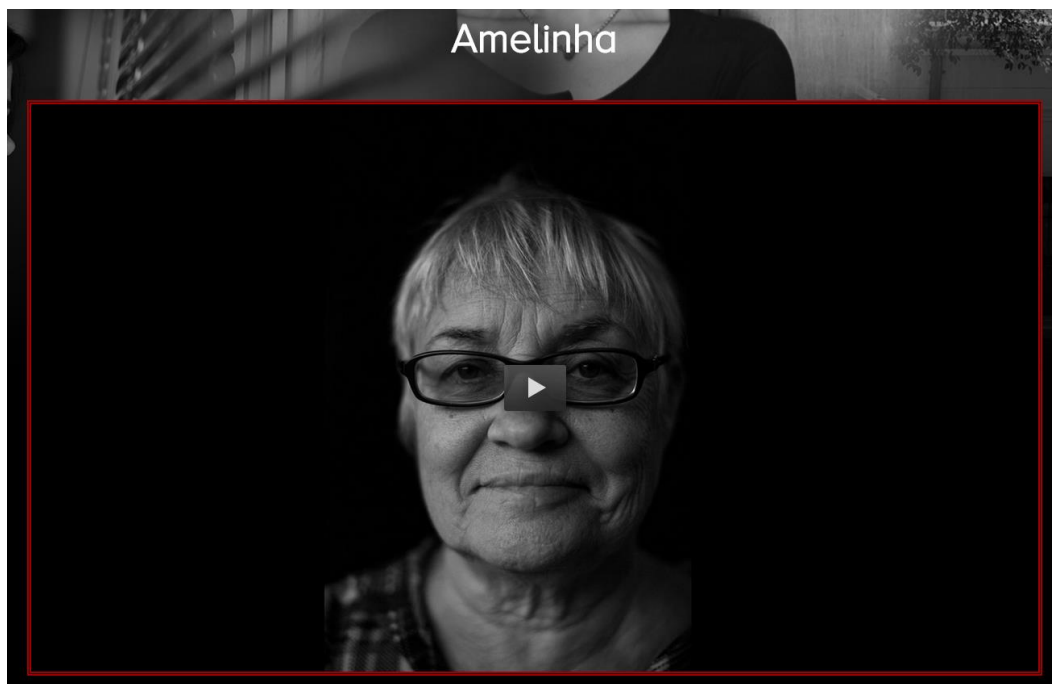
*O nome foi trocado para preservar a identidade da entrevistada

O que fazer em casos de:

Violência

- Disque 180 para obter orientações (a ligação é gratuita e anônima)
- Esse canal de atendimento serve para denunciar o agressor e encontrar o endereço de casas de abrigo a mulheres vítimas de violência

Fonte: www.clique180.org.br



Perfil

Amelinha Teles

A advogada e pedagoga mineira Maria Amélia de Almeida Teles foi presa e torturada na ditadura. Mesmo com a repressão, ela e um grupo de ativistas

começaram a discutir sexualidade e igualdade de direitos. Após a redemocratização, ela cofundou a União de Mulheres de São Paulo, organização que trabalha na formação e promoção do acesso das mulheres à justiça e direitos humanos.

O 8 de março é a confirmação da necessidade do feminismo

Hoje, Amelinha mora na mesma casa que abriga a ONG, e já ajudou a formar ao menos 10 mil mulheres no curso de Promotoras Legais Populares, que aborda a formação do Estado, os direitos civis, a Constituição, o sistema internacional dos direitos humanos, a violência contra a mulher e como é possível ajudar outras mulheres.

O que fazer em casos de:

Violência

- Disque 180 para obter orientações (a ligação é gratuita e anônima)
- Esse canal de atendimento serve para denunciar o agressor e encontrar o endereço de casas de abrigo a mulheres vítimas de violência

Fonte: www.clique180.org.br



Perfil

Beatriz*

Em 2013, ela começou a receber mensagens de estranhos, com elogios ao seu corpo e convites para encontros. Sem entender nada, ela fez uma pesquisa e descobriu que estava listada em um site que oferecia serviços de prostituição, e que 60 fotos suas e um arquivo com todos os seus dados pessoais estavam publicados em sites pornôs e em um blog.

Não tem mais que ser a garotinha do papai, a singelinha. Não. É correr atrás para poder resolver, e é isso. Mulher, né

Beatriz procurou uma advogada especialista em “pornô de vingança” e conseguiu retirar o material rapidamente. Elas têm uma suspeita, mas, dois anos depois do ocorrido, ainda não há comprovação de quem divulgou as imagens. Ela considera que poder falar do assunto e alertar outras mulheres é o fechamento de um ciclo em sua vida.

*O nome foi trocado para preservar a identidade da entrevistada

O que fazer em casos de:

Pornô de vingança

- Não apague imagens, mensagens, SMS e outras publicações. Elas são provas que podem ser usadas judicialmente ou criminalmente
- Salve a tela de todo o material divulgado (printscreen) e registre os links dos sites e data de acesso
- Imprima o material e salve-o em formato digital, e leve-o à delegacia para registrar um boletim de ocorrência como crime contra a honra, injúria e difamação
- Para preservar provas, vá a um cartório e registre uma Ata Notarial, além de registrar o material digital no cartório, para posterior uso em processo judicial

Fonte: Gisele Truzzi/Think Olga



Perfil

Gisele Truzzi

Quando estava na faculdade, a advogada Gisele Truzzi começou a reunir o pouco que encontrava sobre direito digital e crimes virtuais. Fez um blog, um trabalho de conclusão de curso e iniciou um trabalho com o tema. Aos poucos, ela recebia uma demanda de clientes muito específica: mulheres que tinham conteúdos íntimos divulgados na rede.

“O que me gratifica nesse trabalho é isso: fazer com que elas consigam dormir em paz de novo”

Por atender muitos casos assim, Gisele virou referência no assunto. Ela acredita que há uma identificação das clientes pelo fato de ser mulher. Em um meio majoritariamente masculino, ela conta que já sofreu constrangimentos e preconceito ao apresentar trabalhos e palestras. E diz que hoje, ao poder ajudar outras mulheres, se sente realizada e feliz.

O que fazer em casos de:

Pornô de vingança

- Não apague imagens, mensagens, SMS e outras publicações. Elas são provas que podem ser usadas judicialmente ou criminalmente
- Salve a tela de todo o material divulgado (printscreen) e registre os links dos sites e data de acesso
- Imprima o material e salve-o em formato digital, e leve-o à delegacia para registrar um boletim de ocorrência como crime contra a honra, injúria e difamação
- Para preservar provas, vá a um cartório e registre uma Ata Notarial, além de registrar o material digital no cartório, para posterior uso em processo judicial

Fonte: Gisele Truzzi/Think Olga